AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 37 | Nº 06 | JUNHO 2017 | R$ 15,00

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298



NINGUÉM TEM CERTEZA DO CENÁRIO DE CURTO PRAZO



MACADÂMIA INVESTIMENTO DE LONGO PRAZO, MAS TIR ALTÍSSIMA

FUNRURAL ALGUNS SETORES SOFRERÃO COM A VOLTA DA COBRANÇA

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Tarcísio Godoy (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto

Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Luísa Pinheiro Ulhoa Tenório
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

CENÁRIO TOTALMENTE INCERTO NO CURTO PRAZO

NO MOMENTO de fechamento desta edição, o Brasil assiste perplexo ao resultado da delação dos donos da JBS. A delação saiu muito barata, até o momento, para os irmãos Batista, considerando o que fizeram. A situação deles ainda deve mudar. A podridão dos políticos brasileiros é ainda maior do que se pensava. Mesmo passando por muita turbulência de curto prazo, ao final o Brasil sairá mais forte e limpo.

As incertezas são muitas: o presidente Temer resistirá? Se não, quem assumirá a presidência? As eleições diretas serão antecipadas? Ninguém sabe! A ***Agroanalysis*** acredita que, se o presidente Temer não resistir, haverá eleição indireta, com assunção de um nome que consiga levar o País até as eleições de 2018. Nesse caso, a equipe econômica será mantida e continuará a turbulência de curto prazo (os mercados dão algum sinal de redução de volatilidade), mas as reformas necessárias serão aprovadas, com algum atraso.

A articulação do governo Temer apresentou-se muito produtiva no campo legislativo, aprovando temas sensíveis e essenciais à economia nacional nos últimos meses. A pauta de reformas para 2017 também se mostrava fundamental para a modernização da nossa economia e da sustentabilidade das contas públicas. Nesse contexto, tanto a reforma trabalhista quanto a previdenciária são fundamentais.

Para os produtores rurais, o sofrimento será menor. A safra é excelente, e a maioria dos preços garante algum lucro. O dólar fica um pouco mais alto, mas abaixo de R$ 3,40. Com certeza, os juros da safra não serão subsidiados para a maioria dos produtores. Os rumos da economia brasileira serão ditados fundamentalmente pelos desdobramentos políticos em Brasília.

Nesta edição da ***Agroanalysis***, apresentamos uma seção chamada "Oportunidades", que aparecerá sempre que houver conteúdo pertinente. O primeiro artigo analisa a cultura de noz-macadâmia. Sua produção exige um investimento inicial alto, o que representa uma importante barreira à entrada neste mercado, com retorno entre o nono e o décimo primeiro ano. No entanto, a taxa de retorno é muito elevada, com estimativa de lucro de R$ 35.000 por hectare/ano, considerando as condições atuais do mercado.

Na cana-de-açúcar, a área cultivada mostra estagnação desde 2013, sendo fundamental buscar a recuperação dos índices de renovação dos canaviais. Para manter a oferta de matéria-prima, é preciso que haja ganhos efetivos de produtividade ou expansão da área. Muitas unidades estão em recuperação judicial, com alto endividamento e problemas para acesso ao crédito. Se os efeitos dos investimentos ou dos desinvestimentos são lentos, a recuperação, então, é mais lenta ainda.

Em 2010, entidades vinculadas à atividade agropecuária conseguiram liminares para o não recolhimento dos 2,3%, do empregador rural pessoa física, para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Agora, a decisão a favor da cobrança do FUNRURAL significará a redução do lucro dos empreendimentos agropecuários ao produzir um passivo referente aos recolhimentos não realizados desde 2011. Ainda, a estimativa é de que o valor do FUNRURAL, que passará a ser de 1,5% da receita bruta a partir de 2018, represente entre 7,5% e 15,0% do lucro da pecuária.

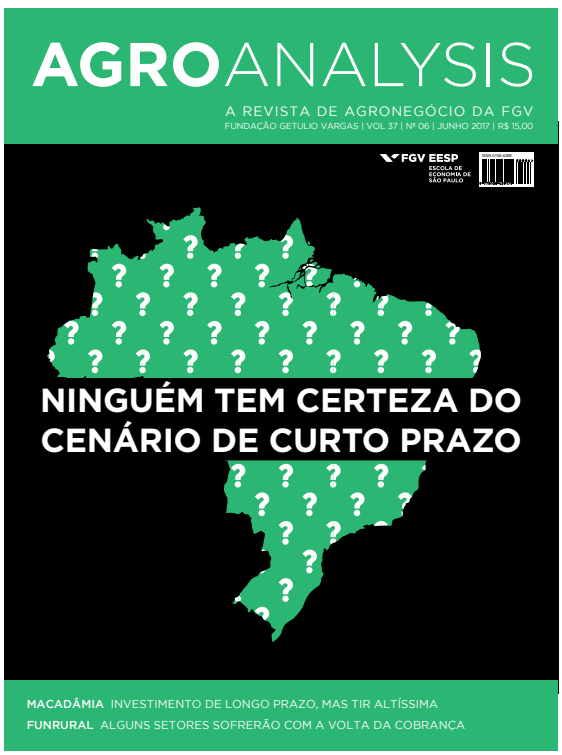
O comércio exterior do agro brasileiro tem papel importante na economia. O País mostra, cada vez mais, uma capacidade de aumentar a competitividade

da produção agropecuária em relação aos demais mercados. Para contribuir com as análises e os estudos sobre o comércio exterior do agronegócio brasileiro, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por meio do Agropensa (Sistema de Inteligência Estratégica), disponibilizou um sistema de painel interativo com dados estatísticos das exportações e das importações brasileiras.

Neste mês, em que a Organização das Nações Unidas comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, o destaque fica com a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), que, em 2015, ocupou uma área de 11,5 milhões de hectares, contra 1,8 milhão em 2005. Essa é a terceira revolução tecnológica da zona tropical. Na década de 1970, tivemos a introdução do sistema de plantio direto na palha. Passamos para os anos 90 com a realização de duas safras durante o ano: uma tradicional de verão e outra de inverno. Hoje, a produção de milho 2ª safra (inverno) é bem superior à de milho 1ª safra (verão).

Na seção Abre Aspas, a entrevista com Fabio Scarano, diretor executivo da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), trata da implantação do novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012). Incentivada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), a motivação da FBDS era de gerar e analisar dados para estimular os proprietários rurais a fazerem o Cadastro Ambiental Rural (CAR), como manda o Código. Entretanto, a realização do CAR foi muito veloz, tendo alcançado mais de 95% da área produtiva no País. O próximo desafio é o Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Para terminar, a conferência "Café Brasileiro: Sustentabilidade e Qualidade" homenageou a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) pelos seus sessenta anos de atividade voltados ao café e pelos 85 anos de cooperativismo regional. O evento foi feito em parceria com a BASF, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e o Sistema Ocesp (Fescoop/Ocesp/Sescoop), no auditório da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp). Participaram convidados de entidades ligadas à cadeia produtiva de café, jornalistas estrangeiros – que estiveram no País exclusivamente para conhecerem a produção brasileira de café – e a imprensa nacional. ■



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
FABIO SCARANO
APOIO À IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
RUMO INCERTO

14 AGRODROPS

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 CAPA REFORMAS
AGENDA INTERROMPIDA?

18 LEITE
MELHORA NA RELAÇÃO DE TROCA ESTIMULA A OFERTA

20 CAPA FUNRURAL NA PECUÁRIA DE CORTE
IMPACTO NOS MENOS PRODUTIVOS

23 GESTÃO

23 COMÉRCIO EXTERIOR
BASES DE DADOS E ACESSO AO AGRO

25 OPORTUNIDADE

25 CAPA AGRONEGÓCIO DE NOZ-MACADÂMIA
CENÁRIO DE OPORTUNIDADE

28 CONTEÚDO ESPECIAL

28 COOXUPÉ
SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DO CAFÉ

31 inpEV
AVANÇOS NO CUIDADO COM OS CAMPOS BRASILEIROS

35 CANAPLAN
PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 2017/18 DE CANA-DE-AÇÚCAR NA REGIÃO CENTRO-SUL

43 JOHN DEERE
CAPACIDADE DE REALIZARMOS GRANDES FEITOS

44 FAESP
O BRASIL QUE DEU CERTO

45 ANDEF
SETOR CONTINUA GUIANDO POSITIVAMENTE O PAÍS

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
MAS, E OS PEQUENOS?

47 PRODUZIR
O DIREITO AGRÁRIO E OS ESTRANGEIROS

48 OPINIÃO
"SALVANDO A LAVOURA"

49 REFLEXÃO
O BRASIL QUE QUEREMOS

50 ESTATÍSTICA

APOIO À IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL

FABIO SCARANO

DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (FBDS)

DA REDAÇÃO

Engenheiro florestal pela Universidade de Brasília (UnB) e PhD em Ecologia pela Universidade de St. Andrews, na Escócia, Fabio Scarano é diretor executivo da FBDS desde maio de 2015. Coordena os componentes técnicos e científicos de projetos desenvolvidos pela Fundação, especialmente no que diz respeito aos temas ligados a biodiversidade e serviços ambientais, adaptação às mudanças climáticas e agricultura sustentável.

A aprovação do "novo Código Florestal" deu-se em 2012, depois de doze anos de embates entre o setor produtivo e os ambientalistas. A implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), em caráter obrigatório pela primeira vez no País, é crucial para a sustentabilidade da produção agropecuária. O projeto Apoio à Implantação do Cadastro Ambiental Rural constitui uma iniciativa para estimular esse processo.

AGROANALYSIS: EM QUAIS ÁREAS A FBDS ATUA?

FABIO SCARANO: A FBDS é uma entidade sem fins lucrativos, fundada há 25 anos, que desenvolve projetos e estudos sobre o desenvolvimento sustentável, em parceria com os setores público e privado e outros atores do terceiro setor, como instituições sem fins lucrativos e Organizações Não Governamentais (ONGs).

Dentre os temas que tratamos com mais frequência, destacam-se aqueles ligados às mudanças climáticas, à conservação e ao uso sustentável da



biodiversidade, à energia renovável e à sustentabilidade na agricultura e nas cidades. Nossos produtos são gerados a partir de demandas oriundas dos setores público e privado e de agências multilaterais, como a Global Environment Facility (GEF).

COMO SURGIU A IDEIA DO PROJETO?

FS: A ideia do projeto – chamado Apoio à Implantação do Cadastro Ambiental Rural – foi realizar um mapeamento em escala 1:20.000 de uso do solo e hidrografia para os cerca de 4.000 municípios que contivessem alguma cobertura nos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado. Incentivados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), nossa motivação era a de gerar e analisar dados para estimular os proprietários rurais a fazerem o CAR dos seus imóveis, de acordo com o novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012). Entretanto, a realização do CAR foi muito veloz, tendo alcançado mais de 95% da área produtiva do País.

Com isso, o nosso esforço de mapeamento, enquanto instrumento, passou a cumprir pelo menos três importantes papéis: o primeiro relacionado à validação dos cadastros realizados, tanto nos estados em si, como para o serviço florestal do MMA; o segundo, à gestão territorial e às políticas públicas na esfera municipal, que foi a nossa unidade de trabalho e análise; e o terceiro, à avaliação estratégica das oportunidades e dos riscos do setor privado.

> “...NOSSA MOTIVAÇÃO ERA A DE GERAR E ANALISAR DADOS PARA ESTIMULAR OS PROPRIETÁRIOS RURAIS A FAZEREM O CAR...”

QUAIS SÃO AS ENTIDADES APOIADORAS?

FS: Nesse processo, a visão do nosso presidente, Israel Klabin, foi fundamental para, com entusiasmo, contagiar parceiros de peso com relação à relevância da missão, como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), a Agroicone, a Confederação Nacional das Empresas de Seguro Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg), a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), o Instituto Aço Brasil, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA). Estas entidades, mais o MMA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), formam o Conselho Gestor do projeto.

EXISTIRAM MOTIVOS PARA UNIR AS ENTIDADES NA GOVERNANÇA E NO PATROCÍNIO DO PROJETO?

FS: Sem dúvida! Nossa intenção era justamente de tornar o processo interativo, de modo que todas as entidades da governança se beneficiem dos conhecimentos e das perspectivas comuns. A cada intervalo de dois a três meses, fazíamos, regularmente, reuniões com o Conselho Gestor, nas quais apresentávamos e analisávamos os dados e os mapas do período, para ouvir as sugestões, as ideias e as recomendações das entidades parceiras.

POR QUE OS BIOMAS ESCOLHIDOS FORAM O CERRADO E A MATA ATLÂNTICA?

FS: Por um lado, por serem os biomas com maiores concentração e fração das atividades agropecuária e florestal no Brasil e da localização da população nacional. Por outro lado, estes biomas são reconhecidos como dois dentre os 35 *hotspots* de

biodiversidade global, ou seja, áreas com elevado número de espécies – elevado número de espécies endêmicas (isto é, restritas geograficamente a esses biomas). Tanto o Cerrado como a Mata Atlântica já sofreram intervenção em mais de 70% de sua cobertura territorial.

COMO A EMBRAPA ENTROU NO PROJETO?

FS: A Embrapa teve papel fundamental no projeto. Foi interveniente, assim como o MMA, mas com um papel adicional de auditar e verificar a qualidade dos dados gerados pela FBDS. As imagens de satélite (RapidEye) que utilizamos no projeto foram adquiridas pelo MMA e receberam tratamento inicial pela Embrapa, que, posteriormente, nos repassava o material. Com sua reconhecida competência e seu pragmatismo, o pesquisador Eduardo Assad desempenhou esse papel de controle de qualidade, tendo desenvolvido grande parte do método que iríamos utilizar. Sua reputação era uma escolha óbvia para participar do projeto e desempenhar este papel.

OS RESULTADOS PREENCHERAM AS EXPECTATIVAS?

FS: No momento, concluímos a análise de pouco mais de 90% do território definido como meta do projeto, o que compreende todos os municípios dos estados que abrigam os biomas do Cerrado e da Mata Atlântica. Até aqui, encontramos 10 milhões de hectares em margens de corpos hídricos. Note que este é um número máximo, na medida em que a análise não foi feita por propriedade, e sim por município. Além disso, a análise não leva em conta a regra "da escadinha", o que, com base em alguns testes aplicados, talvez signifique, em média, uma redução de 10% no número total.

De qualquer forma, ficamos muito satisfeitos com esse resultado, pois sugere boas perspectivas para a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (o "novo Código Florestal"). Caso venha a ser cumprida, no que diz respeito ao componente de Área de Preservação Permanente (APP) de corpos hídricos, o Brasil estará no caminho de alcançar o seu compromisso firmado no Acordo de Paris da Convenção do Clima, em 2015, de restaurar 12 milhões de hectares. Além disso, o esforço da nossa competente e dedicada equipe redefine a malha hidrológica para esses dois biomas, em escala 1:20.000, até aqui indisponível para a maior parte dos estados brasileiros.

> "TANTO O CERRADO COMO A MATA ATLÂNTICA JÁ SOFRERAM INTERVENÇÃO EM MAIS DE 70% DE SUA COBERTURA TERRITORIAL."

QUAIS SÃO OS PLANOS PARA OS PRÓXIMOS PASSOS?

FS: De imediato, estamos ainda ativos para concluir a taxa de 10% mencionada, que se concentram no Cerrado do Maranhão, do Piauí e da Bahia, bem como na Mata Atlântica dos estados nordestinos de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Esperamos concluir tudo isso até o fim de junho.

Em paralelo, estamos, há um ano e meio, em negociação com o Fundo Amazônia, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para levar a análise para o bioma amazônico. Seguimos, ainda, em busca de recursos para realizar as análises nos demais biomas: Caatinga, Pantanal e Pampa.

ISSO SIGNIFICA CAMINHAR PARA OS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL?

FS: Além da busca de recursos para expandir a nossa análise para os demais biomas brasileiros, estamos, também, constituindo um projeto com base nos dados já disponíveis, para definir áreas prioritárias e técnicas para revegetação (restauração da vegetação nativa), compensação e cumprimento das Contribuições Pretendidas Determinadas Nacionalmente (INDCs, na sigla em inglês) do Brasil, definidas na COP-21, em Paris. Acreditamos que esse esforço será essencial para o próximo desafio da elaboração dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs).

O PRA é a execução da etapa de recuperação ambiental prevista no CAR. Como tornar esta etapa mais viável economicamente e com maior impacto positivo para a produção e a conservação é o que pretendemos, na FBDS, ajudar a responder. Associações, indústrias, governo federal e diversas ONGs irão acompanhar o desenrolar do PRA, que faz parte dos compromissos brasileiros na agenda multilateral de mudança do clima, por meio das citadas INDCs. ■

> “O PRA É A EXECUÇÃO DA ETAPA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL PREVISTA NO CAR.”



FRASES & COMENTÁRIOS



CESBRASIL.ORG.BR

É um momento importante para o sojicultor brasileiro. Temos tecnologia e conhecimento capazes de gerar mais produção no campo. Nesses dez anos, o CESB contribuiu com isso.

LUIZ NERY RIBAS, diretor presidente do Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB)

É a oportunidade de refletirmos sobre a visão projetada há quatro décadas pelos citricultores. Nesse período, consolidamo-nos como uma instituição de qualidade internacional para dar suporte ao desenvolvimento de uma citricultura moderna e competitiva.

LOURIVAL CARMO MONACO, presidente do Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus), que celebra, neste ano, quarenta anos de existência

Estamos engajados no projeto para garantir o êxito do Censo Agropecuário que será realizado entre outubro deste ano e fevereiro de 2018. Já encaminhamos correspondência a todos os presidentes das federações estaduais com um resumo do questionário que o recenseador apresentará ao produtor.

JOÃO MARTINS, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O governo brasileiro sinaliza a ideia de diminuir o tempo de registro de agroquímicos no Brasil. A legislação prevê 120 dias, mas o prazo vai até dez anos. Enquanto a empresa necessita de previsibilidade, o mercado exige inovação. O produto novo de hoje é o genérico de amanhã.

SILVIA FAGNANI, diretora executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG)

O projeto Soja Livre, que visa fomentar o cultivo de soja convencional no Mato Grosso, tornar-se-á uma associação ainda em 2017. A Aprosoja e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) serão mantidas na coordenação, em parceria com produtores de sementes e empresas.

ENDRIGO DALCIN, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja)

O cafeicultor no Cerrado está renovando seu parque cafeeiro. Com a mesma área, o Brasil pode produzir mais 20 milhões de sacas de café sem dificuldades. Para isso, seria necessário aplicar novidades oriundas das pesquisas.

SILAS BRASILEIRO, presidente do Conselho Nacional do Café (CNC)

Não tem sentido, em plena colheita, liberar café para importação, mesmo que em regime de *drawback*. O abastecimento do mercado interno e o programa de exportação estão garantidos.

BRENO MESQUITA, diretor da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e presidente das Comissões de Cafeicultura da FAEMG e da CNA, a respeito da autorização pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) para a importação de café Conilon do Vietnã

Quase toda a área produtiva está inscrita no Cadastro Ambiental Rural (CAR). O próximo passo é o Programa de Regularização Ambiental (PRA), mas falta estrutura para os órgãos estaduais. Precisamos trabalhar nisso.

RODRIGO JUSTUS, assessor técnico da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA, sobre os cinco anos de aprovação do novo Código Florestal

RUMO INCERTO

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

A ECONOMIA brasileira, após um ano de ajustes, começou a apresentar alguns sinais positivos em alguns indicadores. O mais contundente deles é a inflação, que caiu significativamente nos primeiros meses de 2016. De fato, após ter atingido um patamar superior a 10% no acumulado em doze meses no começo do ano passado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) tem surpreendido positivamente, registrando variações abaixo do esperado. A inflação acumulada em doze meses em abril de 2017 ficou em 4,1%, abaixo da meta de 4,5% para este ano. As indicações são de que a inflação desacelerará ainda mais, devendo fechar o ano abaixo de 4,0%.

Na raiz dessa queda, obviamente, encontra-se a profunda recessão pela qual o País atravessa. Desde 2014, a economia brasileira encontra-se em retração, acumulando uma queda da renda real *per capita* superior a 10% nesse período. A taxa de desemprego encontra-se acima dos 13%, e o número de desempregados no País é o maior na última década e meia. Na esteira da recessão que o Brasil enfrenta, o ritmo de alta dos preços cedeu ante a debilidade da demanda verificada na nossa economia. A ausência de vetores de recuperação da atividade de forma mais robusta no curto prazo deixa um conjunto de incertezas pairando no ar quanto ao crescimento econômico em 2017.

Obviamente, as dificuldades de retomada da atividade econômica brasileira estão intimamente associadas aos excessos praticados anteriormente em múltiplas dimensões no nosso País no âmbito econômico e financeiro. Os excessos de estímulos ao crédito levaram a uma carga de endividamento das famílias e das empresas incompatível com a sua renda corrente. Esse fenômeno agravou-se ainda mais com a queda do Produto Interno Bruto (PIB) e o aumento do desemprego. Nesse sentido, o Brasil atravessa um processo de redução do grau de endividamento relativo dos agentes privados, o que tem condicionado a diminuição do volume de crédito em proporção do PIB na nossa economia. No curso natural deste processo, no entanto, verifica-se que o consumo das famílias e os investimentos das empresas seguem retraídos, o que deve ser verificado até o ponto em que esse ajuste esteja encerrado.

Do lado do Governo, o ajuste fiscal em curso, embora essencial e trazendo boas perspectivas para o País no médio prazo, não tem caráter expansionista no curto prazo, não contribuindo para estimular a demanda agregada no Brasil neste momento.

Restou à política monetária, nos últimos meses, o papel de proporcionar algum alívio nesse cenário. Com a queda da inflação de forma sistemática, o Banco Central tem encontrado espaço para reduzir a meta da taxa básica de juros – Selic. Esse quadro abre uma perspectiva favorável para a retomada do consumo e dos investimentos produtivos no médio prazo.

De qualquer forma, as sinalizações com relação à atividade econômica nos últimos meses apontam para uma estabilização e indicam que uma retomada começa a se desdobrar no horizonte, ainda que não seja robusta.

Os maiores riscos para um cenário que começa a se mostrar mais favorável para a economia brasileira residem, atualmente, no campo político. A articulação do governo Temer mostrou-se muito produtiva no campo legislativo, aprovando temas sensíveis e essenciais à economia nacional nos últimos meses. A pauta de reformas para 2017 também se mostrava fundamental para a modernização da nossa economia e da sustentabilidade das contas públicas. Nesse contexto, tanto a reforma trabalhista quanto a previdenciária são fundamentais, dado o quadro de irracionalidade no campo econômico que prevaleceu durante o governo Dilma.

No entanto, os abalos políticos enfrentados pelo governo recentemente colocaram um desafio enorme em termos de coesão no Legislativo para avançar em temas como esses. O atraso na aprovação dessas reformas reforça as incertezas quanto ao futuro da economia brasileira no médio prazo. As incertezas políticas, caso não sejam dissipadas, afetarão, também, a incipiente recuperação da atividade econômica que tem sido ensaiada nos últimos meses.

A somatória desses elementos indica que os rumos da economia brasileira serão ditados fundamentalmente pelos desdobramentos políticos em Brasília. Nesse ambiente, qualquer cenário é possível, ficando pouco factível estabelecer projeções mais confiáveis neste momento. ■

SHUTTERSTOCK



AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

ACORDO COM O MÉXICO

Diante das tensões comerciais com os Estados Unidos, o México mostra interesse em produtos do agronegócio brasileiro, como arroz, milho, carnes bovina e de frango e soja. O problema está no custo competitivo do transporte da América do Sul até o país do norte do continente. Os baixos preços dos grãos, em função da grande safra, favorecem a realização de negócios. Produto básico imprescindível e insubstituível, os mexicanos dependem das importações de milho amarelo sob o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, na sigla em inglês).

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR NA EUROPA

Responsável por quatro quintos da produção de açúcar no mundo, a cana-de-açúcar representa apenas um quinto da produção na Europa. Nas Guerras Napoleônicas, com o bloqueio britânico às importações francesas de cana-de-açúcar, a beterraba passou a ser a maior fonte de produção de açúcar nos países europeus. Os subsídios à agricultura beneficiaram o cultivo de beterraba, mas a Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia (UE), a partir de outubro, abolirá o preço mínimo e a cota de produção da beterraba. De 2013 a 2017, o preço do açúcar na UE diminuiu de mais de € 700 para € 500, próximo ao preço mundial do açúcar. Com isso, o bloco começará a exportar açúcar pela primeira vez em mais de dez anos.

CHINA TAXA IMPORTAÇÃO DE AÇÚCAR

O país produz 10,5 milhões de toneladas por ano de açúcar de beterraba e cana-de-açúcar, enquanto importa 3 milhões. Como parte de acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC), cerca de 1,94 milhão de toneladas recebe tarifa de 15%. As tarifas nas importações acima deste limite passaram de 50% para 90%. A medida vale por três anos: 2017 (90%), 2018 (85%) e 2019 (80%). Brasil e Tailândia são os dois exportadores de açúcar para o país. O governo quer aumentar a competitividade do produto chinês, que custa o dobro do valor das cotações no mercado de Londres.

SAFRA DE SARDINHA VOLTA A CRESCER

Reflexo do efeito El Niño em 2015, no ano passado o aquecimento atípico do mar na costa brasileira deixou em falta a sardinha, o peixe marinho mais capturado no Brasil. O fenômeno faz o cardume ampliar o espaço do seu hábitat em busca de comida e dificulta a pesca. Cerca de 80% da produção nacional são desembarcados nos municípios de Itajaí e Navegantes, no estado de Santa Catarina, onde estão localizadas as principais companhias do setor nacional. As empresas brasileiras importam o produto do Marrocos, 35% mais caros, para atender o consumo dos brasileiros.

BRASIL: PRODUÇÃO DE SARDINHA

SAFRA	Mil toneladas
2010	113,9
2011	121,9
2012	95,9
2013	98,6
2014	99,0
2015	86,0
2016	45,0
2017	80,0

Fonte: SITRAPESCA

ENCOLHE SUBSÍDIO NO CRÉDITO RURAL

O ano agrícola no Brasil vai de 1º de julho a 30 de junho. Neste mês de junho, as autoridades governamentais estão na reta final para definir o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) para a safra 2017/18. Como desde janeiro deste ano está em vigência a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 95 – conhecida como PEC do Teto dos Gastos da União –, o Tesouro Nacional prevê uma queda nos subsídios às taxas de juros do crédito rural. Estes subsídios são os valores pagos pelo Governo para as taxas de juros do crédito rural serem menores do que as do mercado. Com a tendência de continuidade na baixa da taxa Selic, o espaço para redução da taxa de juros no crédito rural, de 9,5% no custeio e de 8,5% a 12,0% no investimento, realmente existe. O Ministério da Fazenda e o Banco Central estudam atrelar os juros do crédito rural à Selic.

CUSTO PARA EQUALIZAÇÃO ENTRE OS JUROS DO MERCADO E OS DO CRÉDITO RURAL OFICIAL

SAFRA	Subsídio do governo para o crédito rural (R$ bilhões)
2009/10	7,30
2010/11	9,60
2011/12	8,60
2012/13	14,10
2013/14	17,00
2014/15	20,30
2015/16	9,50
2016/17	11,20
2017/18	8,70*

* Estimativa
Fonte: Tesouro Nacional

BRASIL: CAPTAÇÃO DE LEITE PELOS DEZ MAIORES LATICÍNIOS (BILHÕES DE LITROS)

EMPRESAS	2015	2016
Nestlé	1.768	1.690
Lactalis	1.592	1.104
CCPR/Itambé	1.168	1.094
Latícinios Bela Vista	1.057	969
Frísia, Castrol e Capal	871	584
Embaré	590	453
Aurora	481	378
Jussara	367	356
CCGL	332	349
Danone	402	311

Fonte: Leite Brasil

QUEDA NA CAPTAÇÃO DE LEITE

A captação de leite entre os quinze maiores laticínios do País foi de 9,667 bilhões de litros em 2016, contra 9,857 bilhões em 2015. A diminuição correspondeu a 1,9%. A queda na captação ocorreu em dez empresas, enquanto cinco aumentaram. As geadas nas pastagens da região Sul e o aumento do custo da ração, por causa da quebra nas safras de milho e soja, explicam boa parte dessa queda. A francesa Lactalis aproximou-se da suíça Nestlé. Houve uma acirrada concorrência pela matéria-prima entre as empresas de lácteos. A taxa de ociosidade da indústria continuou alta, em torno de 40%.

ERRATA

No artigo "Oportunidades para um futuro sustentável" (página 31, terceiro parágrafo) do Caderno UNICA: Desenvolvimento Sustentável – de autoria de Alfred Szwarc, consultor de Tecnologia e Meio Ambiente da entidade –, o texto correto é o seguinte: "Diferentemente dos veículos abastecidos diretamente com hidrogênio, esses veículos com conversão de hidrogênio não demandam uma infraestrutura complexa e cara de produção e distribuição dessa fonte de energia".

REFORMAS

AGENDA INTERROMPIDA?

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do GV Agro – roberta.possamai@gvmail.br

KELLEN SEVERO
Jornalista pós-graduada em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas na Universidade de São Paulo (Fipe/USP), apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

NA MESMA semana em que Michel Temer completou o primeiro ano do seu governo, delações dos controladores da JBS abalaram o equilíbrio político que permitiu o avanço de um intenso conjunto de reformas. Neste momento, não é possível avaliar quais serão os desdobramentos dessas turbulências. Porém, a partir dos cenários mais prováveis, parece que as reformas foram para a geladeira.

Até que de forma surpreendente, apesar de todos os solavancos do lado político, nos últimos doze meses, o Brasil conseguiu avançar bem na sua agenda de reformas, parte dela bastante impopular. Infelizmente, os possíveis cenários gerados a partir do temor causado pela delação dos controladores da JBS sugerem que, ao menos por um tempo, a agenda está interrompida.

O PRIMEIRO ANO DO GOVERNO TEMER

No dia 12 de maio de 2016, após o afastamento de Dilma Rousseff, Michel Temer assumiu o comando do poder Executivo na condição de presidente interino. Na ocasião, além de sérios problemas de coordenação e comunicação entre a equipe da ex-presidente e o Congresso, a economia brasileira passava por fortes turbulências. Entre elas, merecem destaque: confiança em queda tanto dos empresários, quanto dos consumidores; elevação do risco-país; depreciação do real (entre R$ 3,50 e R$ 3,60/US$); inflação acelerada (9,3% a.a.); elevada taxa Selic (14,15% a.a.); economia em forte contração (-5,4% no primeiro trimestre de 2016); desemprego elevado (10,9%); e contas públicas desequilibradas (déficit nominal de R$ 514 bilhões em 2015).

Como era enorme o pessimismo diante da impossibilidade de o governo Dilma superar tais problemas, o mercado recebeu bem a condução de Michel Temer à presidência e deu a ele um voto de confiança. Reforçando esta confiança, o presidente interino montou uma equipe econômica que, rapidamente, mostrou grande disposição para realizar os ajustes necessários. Em combinação a esse perfil reformista, Michel Temer organizou um ministeriado com capacidade de articulação junto ao poder Legislativo, criando uma razoável maioria no Congresso.

Enfim, com uma agenda econômica bem aceita pelo mercado e com boa capacidade de diálogo com o Congresso, o governo Temer tocou um amplo conjunto de reformas em diversas áreas, entre elas:

- Mudanças nas regras do pré-sal e nova política para o setor de petróleo e gás;
- Alteração nas regras do setor elétrico;
- Novo modelo de concessões de ferrovias e aeroportos;
- Liberação do saldo das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos e da política de repatriação de capital;
- Renegociação das dívidas estaduais;

- Discussão das reformas trabalhista e da previdência.

O progresso das reformas levou à melhora da confiança (empresários e consumidores), à forte redução do risco-país, à valorização do real (entre R$ 3,10 e R$ 3,15/US$), à queda da inflação (4,1% a.a.), à queda da taxa de juros (11,25% a.a.) e aos primeiros sinais de recuperação econômica. Apesar destes avanços, algumas variáveis macroeconômicas essenciais ainda não tinham apresentado evolução favorável: a taxa de desemprego estava ainda maior (13,7%) e as contas públicas permaneciam bastante deterioradas (déficit nominal de R$ 555 bilhões).

TURBULÊNCIAS DO LADO POLÍTICO: A AGENDA FOI INTERROMPIDA?

No início da segunda quinzena de maio, os vazamentos da colaboração premiada dos controladores do Grupo JBS abalaram o equilíbrio do arranjo político construído por Michel Temer. Nestes vazamentos, havia possíveis indícios de condutas inapropriadas que poderiam levar à cassação do presidente. Uma vez que parte importante do progresso econômico observado era resultado da capacidade do governo de tocar uma agenda reformista (e, muitas vezes, impopular) junto ao Congresso, a possibilidade de queda desse grupo político balançou fortemente o mercado.

Infelizmente, no momento em que este artigo é escrito, ainda não está claro se o governo Temer conseguirá recuperar a sua base de sustentação ou quanto tempo levará para ser substituído. Enquanto esta dúvida persistir, as reformas deverão permanecer na geladeira. Enquanto o Congresso discutir a permanência ou não de Michel Temer na presidência, não haverá espaço para qualquer outra discussão.

Não está claro sequer quem será o presidente da República quando este texto for publicado. Todavia, para que o esforço reformador empregado desde a queda da ex-presidente Dilma não seja desperdiçado, é necessário que a crise política seja rapidamente amenizada. Infelizmente, os cenários mais prováveis colocam em xeque a continuidade das reformas:

- Michel Temer consegue contornar a crise e permanece na presidência: o lado bom deste cenário é que a agenda de reformas não se perde, porém não está claro se Temer, mantendo-se na presidência, conseguirá manter o apoio de uma fração razoável do Congresso. Além disso, também não está claro quanto tempo será consumido até que Temer consiga contornar a crise.
- Michel Temer cai, e são convocadas eleições indiretas: embora este seja o caminho previsto pela Constituição, tal opção traz uma série de incertezas para a continuidade da agenda de reformas – o novo presidente eleito indiretamente pelo Congresso terá o mesmo perfil reformador e a mesma disposição de tocar uma agenda impopular? Mesmo que tenha o viés reformador na direção desejada pelo mercado, o novo presidente terá alguma legitimidade junto à opinião pública? E, por fim, quanto tempo todo esse processo consumirá?
- Michel Temer cai, e são convocadas eleições diretas: para que as urnas sejam convocadas para escolherem o presidente que tentará (é importante ressaltar este "tentar") concluir o atual mandato – que se encerra apenas ao final de 2018 –, é necessário haver uma alteração no texto constitucional. Embora já tenha sido apresentada uma PEC nesta direção, não está claro quanto tempo levará para que toda a tramitação ocorra, se o mandatário eleito terá um perfil reformador e se ele terá base de sustentação suficiente no Congresso. ■

O UNIVERSO AGRO TAMBÉM DEVERÁ SENTIR A SUSPENSÃO DA AGENDA DE REFORMAS

Até o momento em que este artigo é escrito, não houve o anúncio do Plano Safra nem ficou clara a situação final da renegociação das dívidas do setor. Assim como diversas outras pautas que estavam sendo discutidas pelo governo Temer, as demandas do setor passam a não ser tratadas como urgentes; agora, a urgência passa a ser a própria permanência deste governo.

LEITE

MELHORA NA RELAÇÃO DE TROCA ESTIMULA A OFERTA

GLAUCO RODRIGUES CARVALHO
Economista e pesquisador da Embrapa Gado de Leite

DENIS TEIXEIRA DA ROCHA
Zootecnista e analista da Embrapa Gado de Leite

CLESIANE DE OLIVEIRA CARVALHO
Administradora e professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

A PRODUÇÃO brasileira de leite sob inspeção registrou, em 2016, a segunda queda anual da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 1997. O cenário econômico dos últimos anos impôs desafios gerenciais ao setor produtivo, que tem pressionado a cadeia de leite por mais competitividade. Um exemplo disso foi a queda de 5,5% nas vacas ordenhadas em 2015. Ou seja, animais de baixa produção, sabidamente não rentáveis, foram descartados. A queda da rentabilidade na pecuária de leite, associada à melhoria nos preços da arroba bovina, estimulou o abate de animais e, ao mesmo tempo, prejudicou investimentos na produção de leite.

Comparando a produção semestral de leite sob inspeção, verifica-se uma queda iniciada em 2015, que foi se agravando até atingir o menor volume no primeiro semestre de 2016, cerca de 6% abaixo da produção do primeiro semestre do ano anterior.

Nesse mesmo período, os dados do Índice de Custo de Produção de Leite (ICPLeite), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), revelam que o custo de produção do leite veio seguindo uma trajetória de alta desde o início de 2013, tendo se acentuado de 2015 até meados de 2016. Energia, combustíveis, concentrados e sais minerais foram os insumos com maior elevação de preços ao longo desse período. Ao se observar o preço real do leite ao produtor, deflacionado pelo ICPLeite – que reflete a relação de troca ao produtor –, tem-se que os dois semestres de 2015 e o primeiro de 2016 apresentaram os menores valores do período de 2013 a 2016. Os preços reais médios destes três semestres ficaram 12,3% abaixo dos preços médios pagos ao produtor de 2013 a 2014 – período em que a produção nacional cresceu mais de 5% ao ano.

Em contrapartida, alguns sinais de recuperação, ainda que modestos, estão aparecendo, e a tendência é de incremento da oferta ao longo de 2017. Esta projeção baseia-se, principalmente, na melhoria dos termos de troca (preço de leite/preço de insumos). A recuperação da oferta começou já no segundo semestre de 2016, em resposta a incrementos nos preços relativos entre leite e insumos, que ficaram 8,7% superiores à média do período 2013-2014. Isso acabou atenuando a queda da produção de leite nacional.

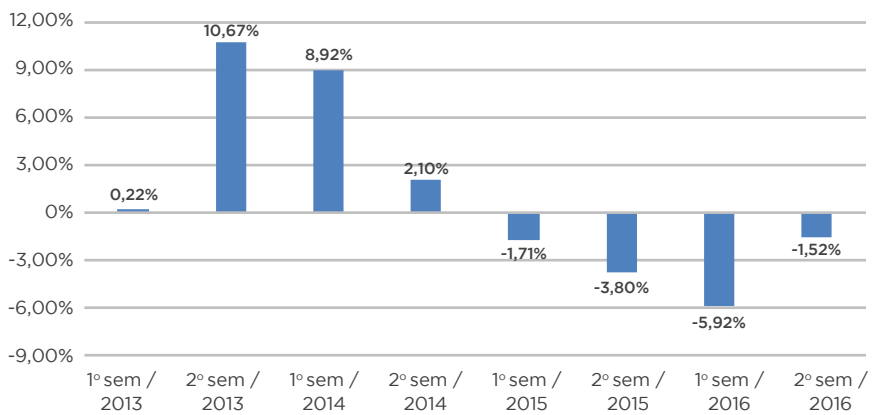
Em 2017, a boa safra de grãos no Brasil e nos Estados Unidos tem contribuído para o recuo no custo de alimentação das vacas. Os preços reais pagos ao produtor de leite neste primeiro trimestre, deflacionados pelo custo de produção, ficaram 15,4% acima da média observada no mesmo trimestre de 2016. Ainda que a trajetória de preços pagos ao produtor não seja tão volátil e explosiva como no ano passado, a tendência continua de elevação no curto prazo.

As sinalizações para a demanda doméstica também sugerem melhorias, ainda que modestas, na esteira da recuperação da renda e da queda das taxas de

juros e da inflação, o que deverá refletir em maior demanda por leite e derivados.

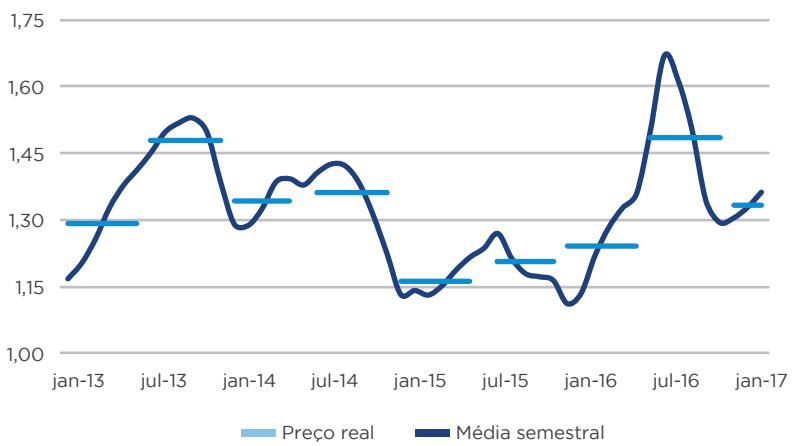
No mercado internacional, com exceção dos Estados Unidos, quase todos os grandes exportadores estão com restrição de oferta, gerando uma menor disponibilidade mundial. A safra 2016/17 da Nova Zelândia e da Austrália está chegando ao fim, sendo menor do que no ano anterior. Na União Europeia, desde junho de 2016 a produção mensal tem ficado abaixo do ano anterior. Argentina e Uruguai estão com baixa disponibilidade. A consequência desse ajuste na oferta é a recuperação das cotações internacionais. Os preços internacionais do leite em pó integral subiram de US$ 2 mil por tonelada, no início de 2016, para cerca de US$ 3 mil por tonelada, em março de 2017, segundo dados do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA). Essa recuperação dos preços internacionais, associada à menor disponibilidade de leite na Argentina e no Uruguai e à recuperação da safra brasileira, tende a melhorar o resultado da balança comercial brasileira de leite e derivados, apesar de esta permanecer deficitária no fechamento de 2017. ■

CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO SEMESTRAL DE LEITE SOB INSPEÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO SEMESTRE DO ANO ANTERIOR NO PERÍODO 2013-2016



Fonte: Pesquisa Trimestral do Leite/IBGE

PREÇO REAL DO LEITE AO PRODUTOR, DEFLACIONADO PELO ICPLeite/Embrapa
(R$/LITRO)



Fonte: Cepea; Embrapa

FUNRURAL NA PECUÁRIA DE CORTE

IMPACTO NOS MENOS PRODUTIVOS

GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR
Zootecnista da Scot Consultoria

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

ALEX SANTOS LOPES DA SILVA
Zootecnista da Scot Consultoria

EM 2010, entidades vinculadas à atividade agropecuária conseguiram liminares para o não recolhimento dos 2,3%, do empregador rural pessoa física, para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Agora, a decisão a favor da constitucionalidade da cobrança do FUNRURAL significará a redução do lucro dos empreendimentos agropecuários ao produzir um passivo referente aos recolhimentos não realizados desde 2011.

No dia 15 de maio último, foi publicada a informação de que a alíquota do imposto será reduzida para 1,5% a partir de 2018. Foi, também, divulgado que o pagamento retroativo manterá a alíquota de 2,3% e poderá ser parcelado em vinte anos e que não haverá cobrança de multa.

Segundo as estimativas da Scot Consultoria, quando se analisa a questão do pagamento retroativo para a pecuária de corte, considerando o valor total (sem



SHUTTERSTOCK

retirar da conta aqueles que pagaram o imposto) e tomando por base o valor bruto da produção e o preço nacional médio ponderado da arroba de 2011 a 2016, o montante total referente ao FUNRURAL atinge R$ 11,77 bilhões (valor corrigido pelo IGP-DI).

A depender da produtividade e da lucratividade do sistema, a redução no lucro será representativa. Nesse sentido, realizou-se uma simulação para avaliar o impacto da cobrança do tributo no lucro da atividade pecuária de corte. Para isso, o resultado previsto com a atividade antes da decisão do pagamento do FUNRURAL foi comparado com o valor do FUNRURAL a ser pago após a decisão, já considerando a redução do imposto para 1,5% da receita bruta.

RESULTADOS DA SIMULAÇÃO

Foram construídos cenários considerando diferentes índices de produtividade e lucratividade da pecuária de corte. Para a produtividade, foram elaborados cenários de 5 até 30 arrobas por hectare/ano (@/ha/ano), com intervalos de 5 @/ha/ano. Quanto à lucratividade, foram considerados cenários de 5% a 35%, com intervalos de cinco pontos percentuais. É importante ressaltar que os intervalos considerados abrangem um grande leque de possibilidades de resultados para a atividade, mas outros cenários existem, como, por exemplo, lucratividades abaixo de 5% ou até mesmo negativas.

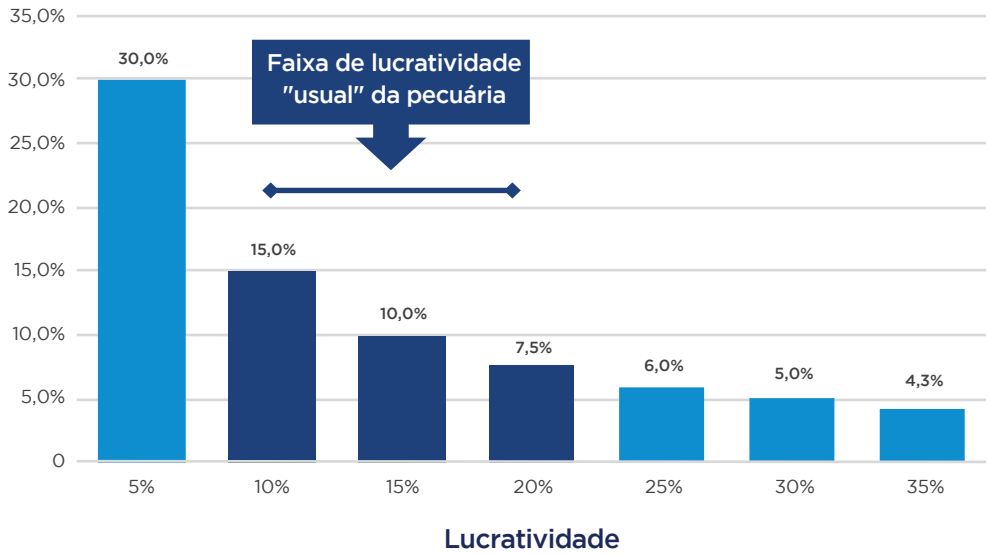
No cálculo do lucro operacional antes da aplicação do FUNRURAL e do FUNRURAL devido, foi

RESULTADO DA PECUÁRIA DE CORTE ANTES DA COBRANÇA DO FUNRURAL E VALOR DO FUNRURAL (1,5%) A SER COBRADO
(R$/HA/ANO)

RESULTADO DA PECUÁRIA (R$/ha/ano)						
LUCRATIVIDADE	PRODUTIVIDADES (@/ha/ano)					
	5	10	15	20	25	30
5%	35,31	70,62	105,94	141,25	176,56	211,87
10%	70,62	141,25	211,87	282,50	353,12	423,75
15%	105,94	211,87	317,81	423,75	529,68	635,62
20%	141,25	282,50	423,75	564,99	706,24	847,49
25%	176,56	353,12	529,68	706,24	882,80	1.059,37
30%	211,87	423,75	635,62	847,49	1.059,37	1.271,24
35%	247,19	494,37	741,56	988,74	1.235,93	1.483,11
VALOR DO FUNRURAL (1,5% SOBRE A RECEITA BRUTA) (R$/ha/ano)						
LUCRATIVIDADE	PRODUTIVIDADES (@/ha/ano)					
	5	10	15	20	25	30
5%	10,59	21,19	31,78	42,37	52,97	63,56
10%	10,59	21,19	31,78	42,37	52,97	63,56
15%	10,59	21,19	31,78	42,37	52,97	63,56
20%	10,59	21,19	31,78	42,37	52,97	63,56
25%	10,59	21,19	31,78	42,37	52,97	63,56
30%	10,59	21,19	31,78	42,37	52,97	63,56
35%	10,59	21,19	31,78	42,37	52,97	63,56

Fonte: Scot Consultoria

PARTICIPAÇÃO DO FUNRURAL NO LUCRO DA PECUÁRIA
POR CENÁRIO DE LUCRATIVIDADE



Fonte: Scot Consultoria

considerado o preço bruto da arroba em São Paulo vigente no momento da análise, de R$ 141,25 (Scot Consultoria, 16/5/2017).

Nos cenários considerados, o lucro da pecuária de corte variou de R$ 35,31 a R$ 1.483,11/ha/ano, enquanto o valor do FUNRURAL variou de R$ 10,59 a R$ 63,56/ha/ano.

O impacto do FUNRURAL, em última análise, é definido pelo seu peso no resultado do sistema produtivo. O intervalo de lucratividade entre 10% e 20% é o mais "usual" da pecuária. Para esse contexto, a cobrança do FUNRURAL subtrairá entre 7,5% e 15,0% do lucro anual da pecuária. No ambiente da menor lucratividade considerada (5,0%), o impacto do FUNRURAL será de quase um terço do lucro do pecuarista, 30%; já no ambiente da melhor lucratividade considerada (35%), o impacto do tributo sobre o lucro será de 4,3%.

Apesar de não haver garantias, espera-se que os sistemas mais produtivos (maior produção de arrobas por hectare/ano) atinjam os patamares mais altos de lucratividade, em função da otimização dos fatores de produção, com a diluição dos custos fixos e das variáveis indiretas, advinda da maior escala produtiva.

Alterando a simulação realizada para a alíquota do FUNRURAL de 2,3% – taxa que incidirá sobre a dívida retroativa –, a participação do FUNRURAL no lucro no cenário menos lucrativo considerado (5%) passa de 30% para 46%. Em cinco anos, a dívida representará 2,3 anos do lucro do pecuarista.

Assim, os sistemas menos produtivos (com até 5 @/ha/ano) devem, mais uma vez, ser os mais afetados relativamente. Isso reforça a tendência de grande dificuldade deste perfil de produtor em se manter na atividade de forma competitiva e duradoura. ■

COMÉRCIO EXTERIOR

BASES DE DADOS E ACESSO AO AGRO

ÉDSON BOLFE
Pesquisador, coordenador de Inteligência Estratégica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Brasília-DF

ELISIO CONTINI
Pesquisador e chefe da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia (SIM) da Embrapa, em Brasília-DF

MARCOS A. G. PENA JÚNIOR
Analisa e supervisor de Estudos Estratégicos da Embrapa, em Brasília-DF

O BRASIL entrou no século XXI como um dos maiores *player*s mundiais na produção e na exportação de produtos de origens vegetal e animal. Este resultado decorre das condições de solo e clima, das tecnologias, das políticas públicas, do empreendedorismo empresarial e da competência dos agricultores. Nos últimos quarenta anos, a agricultura brasileira teve crescimento médio de 4,8% ao ano.

Em nível mundial, assistimos a uma maior demanda de alimentos, fibras e energia, em função das transformações no padrão de consumo global e do aumento da população e da expectativa de vida. O estabelecimento de uma agricultura baseada em ciência e tecnologia com alta diversidade explica a razão e o segredo desse sucesso.

Só nas duas últimas décadas, a produção de grãos aumentou em 230%, com apenas 50% na expansão da área plantada. Produzimos mais alimentos, fibras e bioenergia com menos recursos naturais. O Brasil tornou-se, também, uma potência ambiental: da sua área, 60% ainda estão preservados, e o setor agropecuário ocupa menos de 30%. Nesse mesmo período, houve uma queda dos preços da cesta básica brasileira na média de 1,7% ao ano.

O comércio exterior do agro brasileiro impulsiona esses números favoráveis. A competição por mercados internacionais desafia as organizações de pesquisa, ensino e extensão rural, bem como empresários e agricultores. O Brasil mostra, cada vez mais, a capacidade de se tornar mais competitivo na produção agropecuária. A manutenção de um perfil de produtor sustentável – ambiental, social e economicamente – tem acarretado reconhecimento internacional.

Dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) indicam o excelente desempenho das exportações do agronegócio brasileiro, com enorme saldo comercial externo. Em 2016, a balança comercial fechou com superávit de US$ 48 bilhões, o melhor resultado desde 1980, início da série histórica. O agro representou 45,9% das exportações: de cada US$ 2 entrantes no País, praticamente R$ 1 teve origem rural.

Deve-se destacar o papel da exportação de soja (grão, farelo e óleo), carnes (de frango, bovina e suína), cafés (em grãos e solúvel), produtos florestais (celulose, papel e madeira), milho, açúcar, algodão, suco de laranja, cacau, couro e lácteos. A diversidade da pauta das exportações brasileiras inclui flores, frutas, fibras, bebidas e óleos vegetais.

A lista com mais de 400 produtos e derivados vegetais e animais tem como destino mercados consumidores de mais de 150 países de todos os continentes. A Ásia, com US$ 37,4 bilhões, permanece na liderança, puxada pela China, e é seguida pela União Europeia, com seus 28 países; depois, vêm Estados Unidos, Japão, Irã, Arábia Saudita, Rússia, Hong Kong, Coreia do Sul e Indonésia.

SISTEMA DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

Para contribuir com as análises e os estudos sobre o comércio exterior do agronegócio brasileiro entre 1997 e 2016, a Embrapa, por meio do Agropensa (Sistema de Inteligência Estratégica), organizou e disponibilizou bases públicas de informações em um sistema de painel interativo.

Tal painel utiliza ferramentas de *business intelligence* (BI) e é construído a partir das estatísticas brasileiras de exportações e importações advindas do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Alice Web) do MDIC.

Para efeito de classificação dos produtos nas categorias elencadas, foi utilizado como fonte o sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro (AGROSTAT), do MAPA.

As pessoas interessadas poderão acessar e fazer consultas customizadas de forma rápida e obter os resultados em formato de gráficos, tabelas e relatórios de diversas variáveis: país de destino; *ranking* dos principais compradores por produto; valor e volume exportado; e análises comparativas. Os dados serão atualizados a cada ano, com a base de dados apresentando relatórios da evolução mensal de exportação e importação do agro brasileiro.

Com o painel interativo do comércio exterior, abre-se, também, oportunidade para uma melhor visualização de dados (*data visualization*). Este conceito segue em linha com as organizações interessadas em fornecerem apresentações visuais com informações que permitam a rápida percepção de fenômenos.

A ferramenta é uma valiosa fonte de informação para agricultores, empresários, pesquisadores, gestores públicos e privados, jornalistas, estudantes, profissionais da área e analistas financeiros. Além de contribuírem para o entendimento da evolução da agricultura brasileira, os dados e as informações podem ser aplicados na tomada de decisão e no planejamento estratégico rural, de modo a fortalecer a competitividade do agro brasileiro. ■

EXEMPLO DE CONSULTA À EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR REFINADO PARA OS EUA: VALOR TOTAL, TONELADAS E PREÇO MÉDIO ENTRE 1997 E 2016



Fonte: Embrapa; disponível em: https://www.embrapa.br/agropensa

AGRONEGÓCIO DE NOZ-MACADÂMIA

CENÁRIO DE OPORTUNIDADE

LEONARDO MORIYA
Engenheiro agrônomo

A NOZ-MACADÂMIA, produzida por uma árvore de origem australiana, tem promovido expressivos resultados produtivos e financeiros para os agricultores que investem no agronegócio. Muito apreciada no mercado internacional, a cada ano a macadâmia tem conquistado o paladar dos brasileiros, por se tratar de uma noz com características especiais de textura e com sabor amanteigado, bem distinto do de outras castanhas e nozes.

A produção da macadâmia não é uma grande novidade, mas, agora, a sua produção está sendo mais estudada. Trata-se de uma cultura de alto investimento inicial, longo prazo de retorno, mas de altíssima Taxa Interna de Retorno (TIR).

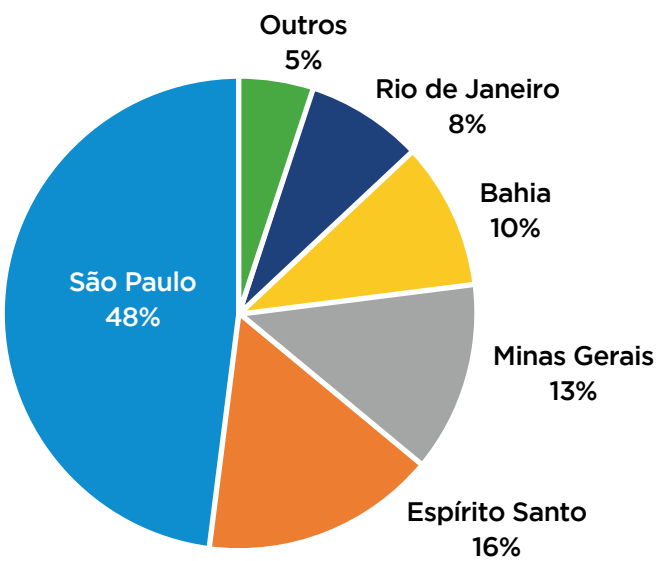
Cerca de 60% da produção nacional têm como destino o mercado internacional, como Estados Unidos, países europeus, Japão, China, entre outros. Os plantios estão estabelecidos, principalmente, no Sudeste, sendo São Paulo o grande produtor nacional.

Mundialmente, os maiores produtores são a Austrália, a África do Sul e o Havaí (nos Estados Unidos). O Brasil ocupa a oitava posição em termos de volume produzido, possuindo em torno de 1,2 milhão de árvores, com cerca de 5.000 hectares cultivados.

Os plantios comerciais estão estabelecidos com densidades médias de 250 plantas por hectare, mas novos projetos já consideram entre 278 e 500 plantas por hectare. São vários os tipos de cultivares disponíveis no mercado, cada qual recomendada para diferentes situações de solo, clima e densidade de plantio. Todas as mudas devem ser enxertadas e oriundas de viveiros reconhecidos. As árvores iniciam suas produções com quatro a cinco anos de idade, com acréscimos de produção conforme a planta se desenvolve, atingindo sua maturidade produtiva após doze anos de idade e prosperando por cinquenta anos de vida.

Apesar de ser uma planta exótica, a macadâmia adaptou-se muito bem às condições de clima e solo do País. Não é muito exigente em questão de tipo de solo, crescendo bem em solos arenosos e argilosos. Precisa apenas que estes solos sejam bem drenados.

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE MACADÂMIA



Fonte: SNA

Em questões climáticas, adaptou-se às condições da região Sudeste. Desenvolve-se muito bem em regiões com temperaturas médias anuais em torno de 25 ºC. No inverno, exige temperaturas médias abaixo de 15 ºC para o estímulo floral. Em termos pluviométricos, necessita de, no mínimo, 1.000 a 1.200 mm de chuvas anuais bem distribuídas. Regiões que não possuem estas condições podem ser supridas via irrigação, sendo esta alternativa uma ótima estratégia para minimizar os riscos climáticos.

A despeito de ser um cultivo pouco explorado em termos de área quando comparado a outros agronegócios, toda a tecnologia e o conhecimento para produzir macadâmias já estão consolidados no País, com todos os manejos operacionalizados mecanicamente, inclusive podas e colheita.

A produção média é de 15 quilos a 20 quilos por planta, o que resulta em 4 toneladas a 5 toneladas por hectare. Atualmente, o valor da noz em casca é de R$ 10,00 por quilo, com o valor recebido pelo produtor rural acrescido conforme a qualidade do seu produto. A qualidade é determinada pela quantidade de amêndoas boas comercializáveis excluindo-se a casca e as nozes com defeitos, como imaturas, mofadas, entre outras.

A cadeia de macadâmia está bem estabelecida no Brasil, com cerca de vinte processadoras de noz. Três delas são grandes empresas, localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e processam 80% da produção nacional.

É um produto de comercialização garantida, com grande demanda nos mercados internacional e nacional. Considerando a comercialização global de nozes e castanhas, a noz-macadâmia representa apenas 2% deste mercado, sendo a segunda de maior valor.

O grande desafio é produzir mais macadâmia para auferir as vastas oportunidades comerciais. Sem dúvida, é um produto excepcional em termos nutricionais e funcionais e que agrega grandes benefícios à saúde de quem dele se alimenta e o utiliza para fins cosméticos.

Para os produtores que ingressam no cultivo, existe a certeza de que estão investindo em um alimento com mercado consumidor garantido e excelentes preços. O Brasil possui condições de solo e clima para avançar na produção da noz e, por que não, se tornar um grande produtor e exportador de macadâmia. ■

CARACTERÍSTICAS DA NOZ-MACADÂMIA

A cultura chegou ao País na década de 1940, com plantios comerciais estabelecidos principalmente na década de 1980.

A árvore pode atingir até 15 metros de altura e produz durante cinquenta anos. Um fato que destaca ainda mais a sua condição de planta exótica é o surgimento de sua florada bem no inverno, entre junho e agosto. É nesse momento que os pomares de macadâmia se tornam únicos e exalam o perfume característico de suas flores. Seu fruto é composto de duas camadas: a primeira, mais interna, é denominada de carpelo; e a segunda, mais dura, é a casca, onde internamente se encontra a amêndoa. A colheita é efetuada sobre o solo, pois espera-se que as nozes caiam no chão, para, então, serem recolhidas.

A noz é consumida de várias formas: ao natural; como aperitivo, torrada e salgada, em composição com outras nozes e castanhas; recoberta com chocolate; em sorvetes; em biscoitos; em barras de cereais; em pães; em bolos, entre muitas outras utilidades na culinária. É utilizada, também, em cosméticos, como cremes, óleos corporais, perfumes, sabonetes, entre outros usos.

Possui ômega-3 e ômega-6 e é livre de colesterol e rica em gorduras monoinsaturadas, que diminuem o colesterol ruim (LDL) e aumentam o bom (HDL). Atua muito bem no controle da pressão arterial, além de reduzir os níveis de triglicerídeos. Por possuir alto nível de flavonoides, protege as células das ações dos radicais livres, atuando como antioxidante e anti-inflamatório, o que torna o seu óleo incomparável no controle do envelhecimento da pele e dos órgãos.

OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO

DA REDAÇÃO DA *AGROANALYSIS*

Para esta edição da ***Agroanalysis***, a partir do presente artigo, criamos uma seção chamada "Oportunidades", que aparecerá sempre que houver conteúdo pertinente. O agronegócio pode contemplar muitas oportunidades, mais simples ou mais complexas.

Como exemplo, vale lembrar o início dos anos 80 do século passado, quando o plantio de feijão irrigado em São Paulo, para desova em agosto (época de entressafra), possibilitava ganhos extravagantes.

Também nos anos 70 e 80, outras três culturas entraram no radar dos produtores em São Paulo: a seringueira, o cacau e o urucum. A seringueira foi um sucesso, e São Paulo é, hoje, o maior produtor do Brasil. Já o cacau foi um fracasso. E o urucum, por sua vez, mostrou-se um sucesso temporário.

Atualmente, produtores de milho do MATOPIBA podem ter preços 60% mais altos do que os dos produtores do Sul e do Centro-Oeste, devido às peculiaridades do mercado local. Os custos são praticamente iguais.

Ainda, em algumas regiões de terra fraca e barata onde há fabricantes de farinha, o arrendamento da tradicional mandioca (para mesa ou indústria) pode render quase R$ 2.000 por hectare/ano.

Algumas lições ficam. Antes de tomar a decisão de investir em novas oportunidades, o produtor deve estudar bem a parte técnica e o mercado, além de ouvir mais de uma opinião. O cacau, nas décadas de 1970 e 1980, foi um fracasso porque alguns técnicos mais açodados e, talvez, inescrupulosos incentivaram plantios em locais e com cultivares inapropriadas. No caso da própria macadâmia, discutida neste artigo, é possível encontrar exemplos de sucesso e de fracasso no estado de São Paulo. Nos casos de fracasso, muitas vezes, a recomendação técnica e/ou as cultivares utilizadas foram equivocadas.

São fundamentais extremo cuidado e muito estudo. E, mais uma vez, há a necessidade de se evitarem técnicos açodados ou inescrupulosos.

ALTA RENTABILIDADE DA MACADÂMIA

Os números abaixo são conservadores e foram levantados por sondagem junto a produtores do estado de São Paulo

A produção de macadâmia exige um investimento inicial alto, o que representa uma importante barreira à entrada de produtores em seu mercado. Sem considerar a terra, a formação do pomar – que vai até o sexto ou o sétimo ano – exige um investimento total de R$ 40.000 por hectare, para o sistema sem irrigação. Se a área for irrigada, o investimento por hectare sobe para R$ 60.000.

Considerando uma produtividade de 5 toneladas por hectare e um preço de R$ 10 por quilo, o tempo de retorno do investimento pode estender-se de nove a onze anos. A necessidade de caixa vai até o sexto ou o sétimo ano.

O investimento é de longo prazo, mas trata-se de um produto não perecível, destinado, principalmente, à exportação e com demanda crescente.

RESULTADOS DA MACADÂMIA

Investimento – sem irrigação	R$ 40.000 por hectare
Investimento – com irrigação	R$ 60.000 por hectare
Número de plantas por hectare	500
Produtividade em plena carga	5 toneladas por hectare/ano
Preço*	R$ 10 por quilo
Custo	R$ 15.000 por hectare/ano
Lucro	R$ 35.000 por hectare/ano
Tempo de retorno do investimento	**De nove a onze anos**

* Preço no estado de São Paulo em maio de 2017



Edivaldo Del Grande (Ocesp), Evaristo Miranda (Embrapa), Luiz Carlos Corrêa Carvalho (ABAG), Carlos Paulino (Cooxupé), Eduardo Leduc (BASF) e Marcelo Furtado (Instituto Arapyaú)

GERARDO LAZZARI

COOXUPÉ

SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DO CAFÉ

EVENTO REALIZADO NO DIA 25 DE ABRIL, EM SÃO PAULO, RECEBEU ESPECIALISTAS PARA FALAR SOBRE TEMAS ATUAIS DA CAFEICULTURA BRASILEIRA

A COOPERATIVA Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), em parceria com a BASF, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e o Sistema Ocesp (Fescoop/Ocesp/Sescoop), reuniu, no dia 25 de abril, no auditório da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp), em São Paulo, especialistas para apresentar a realidade da produção cafeeira no País, a sustentabilidade colocada em prática e a qualidade do café brasileiro.

Participaram convidados de entidades ligadas à cadeia produtiva de café, jornalistas estrangeiros – que estiveram no País exclusivamente para conhecerem a produção brasileira de café – e a imprensa nacional. A conferência, denominada "Café Brasileiro: Sustentabilidade e Qualidade", também homenageou a Cooxupé pelos seus sessenta anos de atividade voltados ao café e pelos 85 anos de cooperativismo regional.

A conferência teve início com a palestra do presidente da ABAG, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, que ressaltou o protagonismo do Brasil no agronegócio mundial. Ele afirmou que esta liderança brasileira no agronegócio também traz responsabilidades e que o setor tem se destacado. "Quando se fala em segurança alimentar, energia renovável, os olhos voltam-se para o Brasil", disse. "O agronegócio vem carregando o País. Todos os setores sofreram muito, e o *agribusiness* vem carregando o andor com brilhantismo". Atualmente, o agronegócio nacional é responsável por 35% dos empregos no País e por 45,9% das exportações, somando US$ 85 bilhões

em 2016. O presidente da ABAG falou, também, sobre todo o processo histórico do café e a sua importância para o desenvolvimento do País e, principalmente, dos estados produtores.

Edivaldo Del Grande, presidente da Ocesp, começou a sua apresentação apontando que o Brasil tem uma das maiores e mais completas leis ambientais do Planeta e que o café é referência no assunto. Entre várias cadeias produtivas, os conceitos das certificações estão mais distribuídos no setor cafeeiro. Além dos aspectos econômicos do café para o Brasil, Del Grande falou sobre o papel social do café: a maioria dos produtores pertence à agricultura familiar e está organizada em associações e cooperativas. "O café garante vida digna a milhares de famílias que permanecem no campo. Não há dúvida de que o cooperativismo é o melhor caminho para o desenvolvimento sustentável. No Brasil, a evolução e a revolução da cafeicultura têm como protagonista o cooperativismo, que dá ao produtor acesso a tecnologia, conhecimento e informações e o ajuda a ser inserido no mercado mundial, independentemente do seu tamanho", explicou o presidente. Ele falou, ainda, sobre a importante representação que tem no setor a Cooxupé, que forma o maior grupo produtor de café do mundo.

A Cooperativa, por meio do presidente Carlos Paulino e do vice-presidente Carlos Augusto Rodrigues de Melo, recebeu uma placa em homenagem aos sessenta anos, entregue pela Ocesp, representada por seu presidente, Edivaldo Del Grande.

O secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, Arnaldo Jardim, também participou, destacando o papel do cooperativismo e da Cooxupé, na defesa de como o café é estratégico para o País. O evento contou, ainda, com a apresentação do filme "Filhos do Café", produzido pela Cooperativa com o objetivo de mostrar a origem do café brasileiro – na produção familiar – e como ganhou o mundo.

Evaristo de Miranda, chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, falou sobre a atribuição, a ocupação e o uso das terras no Brasil. Ele esclareceu que o País protege 30,2% do seu território. Em uma comparação com países de grande território (como Austrália e Estados Unidos), o País é o que mais protege no mundo. "Mesmo assim, é um país frequentemente criticado", afirma. "Nós preservamos áreas de grande potencial econômico, diferentemente de outros países", completa. Miranda utilizou, ainda, o estado de Minas Gerais para exemplificar que 33% das propriedades do estado têm áreas preservadas, ou seja, 18% de todo território. "Nenhum país dedica tanta área a proteção ambiental como o Brasil", afirma.

Agricultura de baixo carbono foi o assunto abordado pelo diretor executivo do Instituto Arapyaú, Marcelo Furtado. Ele ressaltou a importância de todo o ciclo completo da agricultura ser de baixo carbono e apontou um novo paradigma para a agricultura visar: a captura de carbono por meio do manejo de solo e da produção agrícola. "O Brasil será cobrado por ter a agricultura mais sustentável do mundo. Para isso, precisaremos fazer ainda mais, porque podemos fazer mais. Há espaço para melhoramento e desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias. Para isso, é necessário que haja uma ruptura para uma visão de futuro de um país de economia de baixo carbono. Precisamos mudar políticas públicas, políticas de financiamento e a relação com o consumidor", explicou.

Eduardo Leduc, vice-presidente sênior da Unidade de Proteção de Cultivos da BASF para a América Latina, falou sobre a metodologia AgBalance™,

GERARDO LAZZARI



Carlos Paulino, presidente da Cooxupé

apresentando os resultados que apontam que a cadeia produtiva de café da Cooxupé é sustentável. "Foi um grande investimento. É claro que a sustentabilidade é uma jornada, que precisa ser compartilhada", disse. A ferramenta trabalha com 69 indicadores analisados para chegar aos três pilares: social, econômico e ambiental. Entre os destaques, está o processo logístico aprimorado com o Complexo Japy, até se chegar ao café no Porto de Santos (no estado de São Paulo). As melhorias realizadas pela Cooperativa em sua indústria apresentaram uma economia de energia equivalente ao consumo de 34.500 domicílios. Sobre a emissão de CO_2, a redução foi equivalente a 4 mil caminhões indo e voltando de Guaxupé-MG até Santos-SP.

A Conferência foi finalizada com a apresentação do tema "Responsabilidade Social Cooperativista", ministrado pelo presidente da Cooxupé, Carlos Paulino. Entre os pontos destacados, estava o papel social da cooperativa e, também, o *compliance*, programa de integridade que faz parte da realidade corporativa da Cooxupé. "É papel do cooperativismo a busca da transformação social para a sociedade", disse. Essa realidade da cooperativa é fundamentada, principalmente, em princípios de integridade, transparência e ética nas suas relações com os cooperados e com o mercado. "As propriedades fiscalizadas pelo Governo e que estão fora das normas são punidas pela Cooperativa. A Cooxupé também trabalha para levar aos produtores essas informações", explica. Entre os exemplos citados pelo presidente, estava a Cartilha sobre Trabalho Infantil, desenvolvida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), distribuída aos cooperados. Ele enfatizou, também, aspectos corporativos, como a capacitação de colaboradores e o intenso investimento no capital humano, além de ações sociais envolvendo a comunidade.

A produtividade foi outro ponto destacado. "Temos técnicos fornecendo assistência direta aos produtores, o que influencia na melhoria da produtividade", declarou o presidente da Cooperativa. De acordo com ele, o papel da assistência técnica é fundamental para isso, e, quando a informação chega ao produtor, a mudança ocorre e este tem mais condições de produzir mais e melhor, de maneira sustentável. "A Cooxupé é o resultado de muitas ações sustentáveis sob os pilares econômico, social e ambiental. A união de todos gera benefícios e serviços em prol dos cooperados e de toda a sociedade", finalizou Paulino. ■

JORNALISTAS INTERNACIONAIS CONHECEM DE PERTO A CAFEICULTURA BRASILEIRA

Depois de participarem do evento em São Paulo, nos dias 26 e 27 de abril, jornalistas dos Estados Unidos, da Alemanha, da França, da Itália e do Reino Unido estiveram em Guaxupé-MG para conhecer de perto as instalações da Cooxupé e como a cafeicultura acontece na área de atuação da cooperativa. O grupo conversou com a Diretoria e conheceu os processos de classificação do café no Laboratório de Controle de Qualidade. Na sequência, visitou as instalações do Laboratório de Análise de Folha e de Solo e o Complexo Industrial Japy, empreendimento que inovou a logística da entrega de café por meio da granelização. O roteiro incluiu, ainda, visitas a propriedades cafeeiras de cooperados, situadas em cidades vizinhas de Guaxupé.

Para o vice-presidente da Cooxupé, Carlos Augusto Rodrigues de Melo, receber esses jornalistas foi uma ótima oportunidade de apresentar para o mundo a realidade da produção de café. "Sentimos que eles ficaram surpresos com o que viram e, certamente, cumprimos com o nosso objetivo de mostrar para esses profissionais de comunicação o quanto a cadeia produtiva de café brasileira é de qualidade e sustentável, o que torna o nosso produto competitivo frente às exigências globais", explica.



Vista aérea da central de recebimento de Unaí-MG

AVANÇOS NO CUIDADO COM OS CAMPOS BRASILEIROS

A EVOLUÇÃO CONTÍNUA DO SISTEMA CAMPO LIMPO MANTÉM O PROGRAMA COMO REFERÊNCIA MUNDIAL NA DESTINAÇÃO DE EMBALAGENS VAZIAS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS E AMPLIA SUA CONTRIBUIÇÃO À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

QUANTO MAIOR o peso do agronegócio para o país, mais importantes são as iniciativas voltadas para a construção de uma produção agrícola sustentável, que respeite o meio ambiente e que seja socialmente justa e economicamente viável. A destinação correta das embalagens vazias de defensivos agrícolas ganha destaque no cenário deste ano, para o qual o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) prevê safra recorde de grãos, com mais de 26% de crescimento em relação a 2016. Também para este ano, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) projeta que o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio – que representa quase um quarto (22%) do PIB nacional – deverá crescer 8,5%, puxando o crescimento da economia brasileira.

Preparado para atender essa demanda, o Sistema Campo Limpo, programa de logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas, investe em aperfeiçoamento constante para manter o País na posição de líder mundial do setor, encaminhando para destinação adequada (reciclagem ou incineração) 94% das embalagens vazias plásticas primárias colocadas no mercado. O programa acumula mais de 420 mil toneladas de embalagens destinadas de forma ambientalmente correta desde o início de sua operação, em 2002.

Uma das maiores explicações para esse sucesso é o engajamento dos diversos elos da cadeia produtiva agrícola – agricultores, indústria, canais de distribuição e poder público –, de acordo com a

divisão de responsabilidades estabelecida pela Lei nº 9.974/00, que trata da logística reversa desse tipo de embalagem.

Representante das indústrias fabricantes de defensivos agrícolas, o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) atua como núcleo de inteligência do Sistema nas atividades de destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas e promove ações de conscientização e educação ambiental sobre o tema, conforme previsto em legislação. Entidade sem fins lucrativos, o Instituto é formado por mais de cem empresas e nove entidades representativas da indústria do setor, de distribuidores e de agricultores. Além disso, trabalha em conjunto com mais de 260 associações de distribuidores e cooperativas, órgãos governamentais e cerca de 1,4 milhão de agricultores, segundo dados do IBGE (2014). Além de receber embalagens vazias dos agricultores nas mais de quatrocentas unidades de recebimento localizadas em todo o País, o Sistema promove ações de recebimento itinerante para facilitar o acesso dos pequenos produtores rurais à devolução de embalagens vazias de defensivos agrícolas em regiões distantes das unidades fixas. Em 2016, aconteceram 4,9 mil ações deste tipo.



Embalagens com sobras são armazenadas em área segregada, na central de Bom Jesus da Lapa-BA

FECHAMENTO DO CICLO

Um marco na trajetória do Sistema foi o fechamento do ciclo de vida da embalagem dentro da própria cadeia, com a inauguração, em 2008, da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos – que transforma as embalagens pós-consumo em novas embalagens para envase de agroquímicos, as ecoplásticas – e, em 2015, da Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda. – que produz tampas e resina pós-consumo. Outras recicladoras parceiras do Sistema fabricam mais de trinta artefatos a partir das embalagens recicladas. Entre eles, estão: barrica de papelão, tubo para esgoto, embalagem para óleo lubrificante e conduíte corrugado.

Todo esse processo traz benefícios ambientais comprovados. Estudo de ecoeficiência realizado pela Fundação Espaço ECO® indicou que, entre 2002 e 2016, a operação do Sistema permitiu que deixassem de ser emitidas 572 mil toneladas de gás carbônico equivalente ou que deixasse de ser extraído 1,3 milhão de barris de petróleo.

Entre as ações de conscientização promovidas pelo Sistema, destaca-se a comemoração do Dia Nacional do Campo Limpo (DNCL), em 18 de agosto. Desde a primeira edição em 2005, a comemoração já teve a participação de mais de 1 milhão de pessoas. Outra iniciativa importante é o Programa de Educação Ambiental Campo Limpo, que leva para instituições de ensino *kits* pedagógicos multidisciplinares, em parceria com Secretarias Municipais de Educação e outros agentes educacionais. Em 2016, este programa chegou a mais de 210 mil alunos de 2 mil escolas do País.

EVOLUÇÃO CONTÍNUA

O bem-sucedido percurso do Sistema Campo Limpo sobe mais um degrau ao se adaptar para cumprir as exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal nº 12.305/10 e pelo seu Decreto Regulamentador nº 7.404/10. As legislações estabelecem a logística reversa dos resíduos pós-consumo (embalagens com eventuais sobras de produtos), além das embalagens vazias de defensivos agrícolas.

Embora a PNRS não tenha alterado as regras da logística reversa relacionadas à gestão das embalagens vazias, a inclusão dos resíduos pós-consumo trouxe para o setor de defensivos agrícolas a necessidade de promover adaptações. Desta forma, o Sistema, mais uma vez, saiu na frente e estabeleceu a meta de ter, até o final de 2019, todos os postos e as centrais aptos a receberem estes resíduos.

O atendimento da nova responsabilidade exigiu a alteração da Resolução nº 334/03 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que, ao estabelecer as diretrizes de licenciamento das unidades de recebimento, proibia expressamente o recebimento de resíduos pós-consumo de agrotóxicos por estas unidades. Em dezembro de 2014, foi publicada a Resolução nº 465 do CONAMA, em substituição à nº 334/03. O novo texto revisa as exigências anteriores e permite que as novas determinações possam ser cumpridas.

ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS

Além de pequenas alterações na estrutura física das unidades de recebimento, relacionadas à manutenção de uma área segregada para o recebimento desses materiais, devem passar por adequação os procedimentos do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), bem como ser realizado o treinamento dos funcionários das unidades de acordo com os novos processos.

Nas unidades, não haverá manuseio desses produtos pelos operadores. Todas as embalagens com sobras serão dispostas em barricas específicas, da forma como foram recebidas, e seguirão para a sua destinação final (incineração).

As adaptações de postos e centrais estão acontecendo de forma gradual, para realizar a logística reversa dos produtos impróprios para uso, procurando aumentar as eficiências e as funcionalidades do Sistema Campo Limpo. O plano de ação elaborado prevê a conclusão das adequações física e operacional de todas as unidades de recebimento em até cinco anos, a partir de 2015.

São muitos desafios pela frente, mas as realizações do Sistema Campo Limpo em mais de quinze anos de atividade confirmam que o programa está preparado e no caminho certo para contribuir para manter limpos os cerca de 76 milhões de hectares de terras cultivadas do País (IBGE, 2014). ■



DESTINAÇÃO DE EMBALAGENS COM SOBRAS

O QUE FAZ PARTE DO ESCOPO

Resíduos (sobras) de agrotóxicos pós-consumo regularmente fabricados e comercializados:

- Agrotóxicos impróprios para uso: produtos registrados nos órgãos federais competentes com data de validade vencida ou avaria que impossibilite o seu uso;
- Agrotóxicos em desuso: produtos cujo registro foi cancelado (sem ter o registro proibido), não tendo mais recomendação de uso.

O QUE NÃO PODE SER RECEBIDO

- Agrotóxicos falsificados, contrabandeados ou apreendidos por fiscalização por roubo, uma vez que a sua logística reversa não é contemplada pela Lei de Agrotóxicos, são, também, objeto da Lei dos Crimes Ambientais;
- Agrotóxicos que venceram no canal de distribuição que não são resíduos pós-consumo;
- Quaisquer agrotóxicos com uso proibido por lei (como BHC). Estes resíduos são regidos por leis internacionais por se configurarem como um problema de saúde pública, e sua gestão é realizada com o apoio do poder público, em projetos especiais.



Central de Petrolina-PE já tem espaço preparado para receber embalagens com sobras de defensivos agrícolas

SHUTTERSTOCK



1ª REUNIÃO CANAPLAN 2017

PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 2017/18 DE CANA-DE-AÇÚCAR NA REGIÃO CENTRO-SUL

Equipe Canaplan: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Fernando Carvalho, Nilceu Cardozo, Julio Campanhão, Ericson Marino, Ciro Sitta, Denis Oliveira

O encontro abordou o tênue equilíbrio da economia brasileira, além dos desafios da economia internacional. Procurou-se caracterizar o novo ciclo da economia mundial e o do setor sucroenergético, mostrando a necessidade de mudanças efetivas em todos os níveis políticos e da produção, explorando o tema de políticas públicas ao etanol (RenovaBio).

Abordou-se, entre outros aspectos, a questão do crescimento setorial em termos de área colhida com cana-de-açúcar e produção obtida, mostrando dois momentos bem diferentes: crescimento e estagnação.

Sobre custo e expectativas para a safra 2017/18, Haroldo Torres (Pecege) apresentou um trabalho assentado sobre 101 participantes (empresas setoriais) ou 30% das usinas e mais de 37% da moagem nacional, tanto em áreas tradicionais, como em áreas de expansão da cultura canavieira, com as seguintes conclusões sobre os custos totais de cana-de-açúcar na safra 2016/17:

- A formação do canavial responde por 19% do custo total (R$ 97,03/tonelada de cana – tc – no Sudeste) da matéria-prima (incluindo financeiro);
- Os tratos de soca respondem por 17%;
- Corte, Transporte e Transbordo (CTT) respondem por 32%;

- Os custos administrativos respondem por 7%;
- Os custos de oportunidade (terra) respondem por 25% dos custos totais.

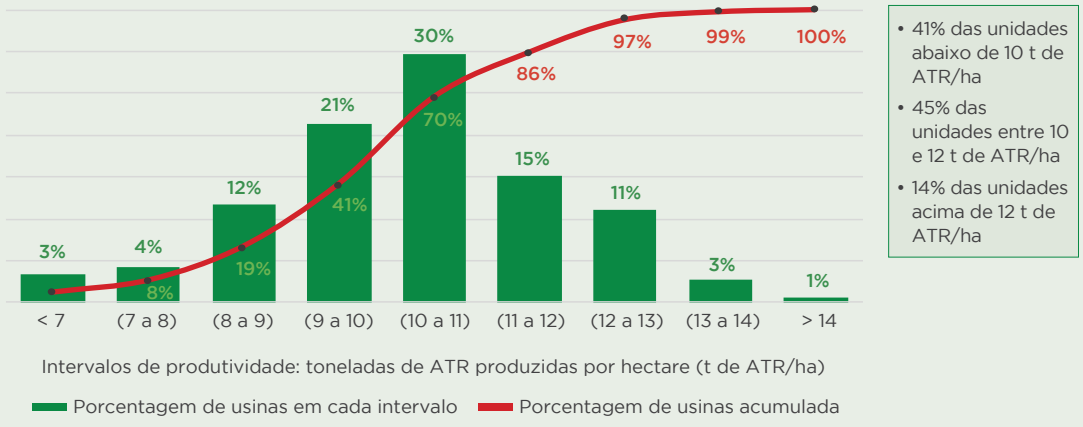
Para o Centro-Sul, com um custo de cana-de-açúcar a R$ 95,39/tc (com depreciações e remunerações de capital e terra), obteve-se, na média, um custo industrial de R$ 29,15/tc processada (com depreciação e custo do capital), R$ 13,48/tc de custo administrativo (incluindo capital de giro), atingindo R$ 138,02/tc processada como custo total.

A apresentação de Júlio Campanhão (Canaplan) abordou o tema produtividade. Com base no que chamou de incômodo provocado pela análise do banco de dados da Canaplan, mencionou a queda média da produtividade entre os cortes (19% do primeiro para o segundo; 15% do segundo para o terceiro; 11% do terceiro para o quarto; e 6% do quarto para o quinto), que, como média, deve ser confrontada com resultados de produtores, em São Paulo, com 104 a 108 toneladas de cana por hectare com mais de sete cortes.

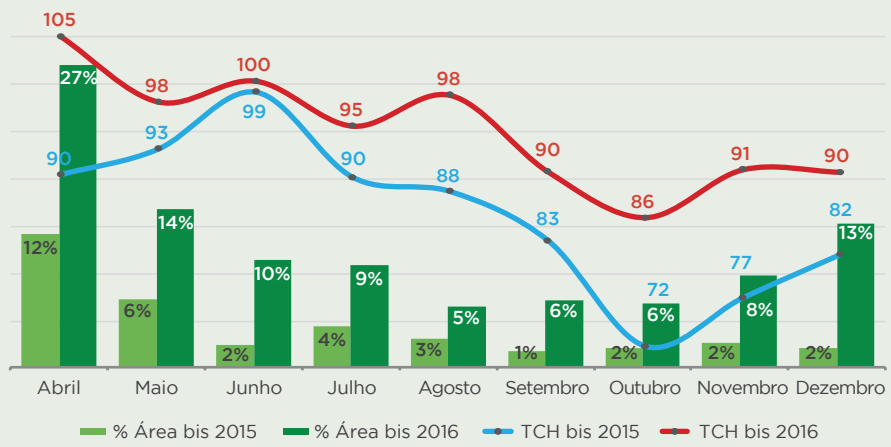
Esse fato, real, mostra o tamanho das perdas sobre um enorme potencial produtivo existente (cerca de 100 milhões de toneladas de cana).

Com a aplicação de diversos tratamentos experimentais, fundamentais para a obtenção dos resultados citados, Campanhão usou o Método Interrotacional Ocorrendo Simultaneamente (Meiosi) para mostrar a redução dos custos com a reforma

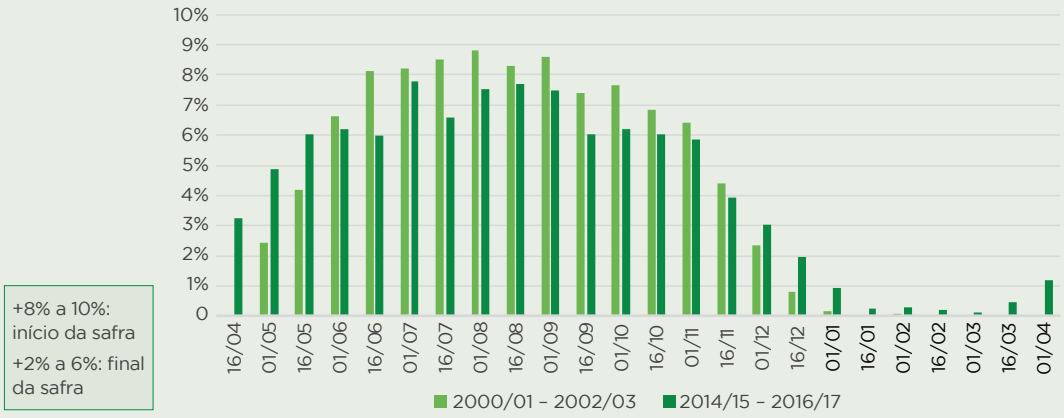
AMPLITUDE DE RESULTADOS DA SAFRA 2016/17 NA REGIÃO CENTRO-SUL



PARTICIPAÇÃO E PRODUTIVIDADE DA CANA BIS: SAFRA 2015/16 X 2016/17

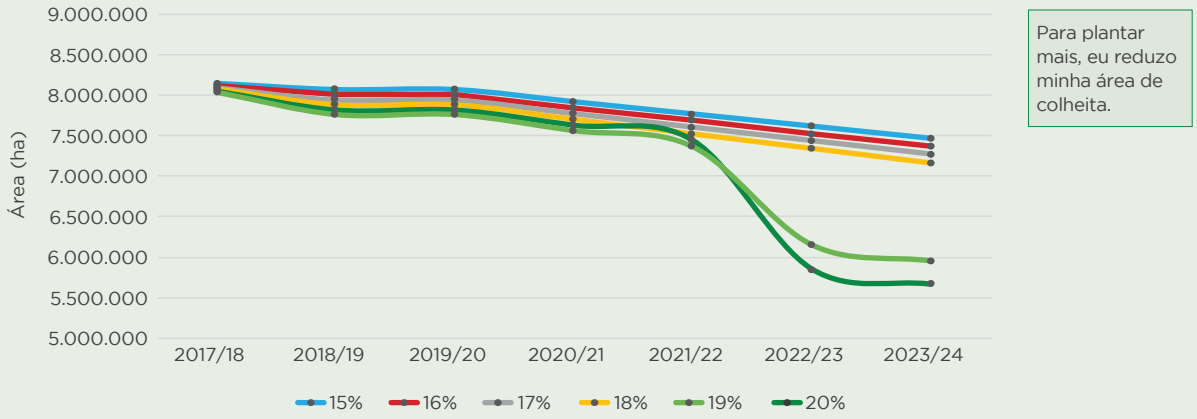


RAIO X: MOAGEM NO CENTRO-SUL



+8% a 10%: início da safra
+2% a 6%: final da safra

EFEITO "GREENFIELD"



Para plantar mais, eu reduzo minha área de colheita.

e a implantação de canaviais em sistema de rotação com plantas leguminosas.

A apresentação feita pela Equipe Canaplan (Caio Carvalho e Nilceu Cardozo) para a projeção da safra mostrou a amplitude dos resultados da safra 2016/17 no Centro-Sul, caracterizando elevada dispersão de dados (de 6,20 t de ATR/ha a 13,89 t de ATR/ha).

Uma característica importante para a comparação das safras anteriores e, em especial para a safra 2016/17, foi a relevância da chamada cana bis (cana de dois verões).

Para a safra 2017/18, há uma série de fatores a serem observados:

- Cana bis muito menor, caindo de 8% (2016/17) para 3%;
- Idade maior do canavial, subindo de 3,5 anos para 3,8 anos;
- Menor peso das canas de dezoito meses a serem colhidas;
- Maior plantio requer maior volume de canas e menor área de colheita;
- Desequilíbrios das safras 2015/16 e 2016/17 para "pagar", mas melhora no trato dos canaviais;
- Continuidade dos problemas de sanidade;
- Área estagnada.

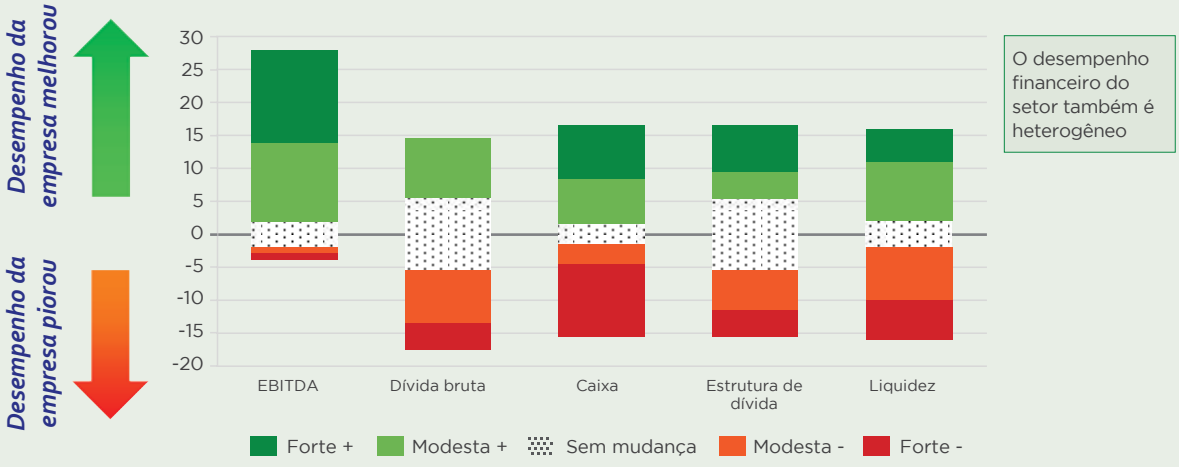
Avaliando chuvas e outras questões climáticas, Nilceu Cardozo observou um menor coeficiente

REGIÃO CENTRO-SUL: ESTIMATIVA PARA A SAFRA 2017/18

INDICADOR	UNIDADE	CLIMA		
		SECO	BASE	ÚMIDO
Produtividade	Toneladas/hectare	72,0	74,0	76,0
ATR	ATR/tonelada	134,0	133,0	131,0
Área colhida*	Milhões de hectares	–	7,77	–
Cana moída	Milhões de toneladas	560,0	575,0	590,0
ATR total	Milhões de toneladas	75,0	76,5	77,3
Oferta de açúcar**	Milhões de toneladas	33,4	34,0	34,5
Oferta de etanol***	Bilhões de litros	23,3	23,8	24,0

* Considerados 100 mil hectares como adicional de área cuja colheita não será moída;
** Considerado o *mix* de açúcar de 46,8%; *** Considerado o *mix* de etanol de 53,2%

MUDANÇAS EM INDICADORES FINANCEIROS DE 32 EMPRESAS: 2015/16 *VERSUS* 2014/15



Fonte: Canaplan

de variação desses aspectos no ano de 2017 em relação a 2016.

Uma questão-chave é como o florescimento deverá ter menor impacto na safra 2017/18, que, de fato, deverá sofrer mais, em face do menor volume de cana bis e do envelhecimento do canavial, levando a menor produtividade agrícola, assim como maior replantio "comendo" áreas de colheita.

Nesta sua 1ª reunião do ano, a Canaplan mostrou um modelo que buscou caracterizar a região Centro-Sul como uma enorme usina, com o maior canavial do Planeta. A moagem no Centro-Sul mudou muito, com impactos na qualidade da cana em face do aumento da margem das canas nas pontas da safra e da redução no meio (onde a qualidade é melhor), o que leva a uma redução no índice médio dos Açúcares Totais Recuperados (ATR) na safra.

Como o setor vem se desequilibrando (pelo menos o plantio), recuperá-lo significa reduzir a área de colheita.

Na continuidade dessa avaliação, Caio Carvalho mostrou a importância da produção de etanol para o equilíbrio setorial e fez alguns comentários adicionais sobre fatores relativos à oferta de canas na safra 2017/18:

- Da safra 2013/14 em diante, teve-se área travada e oferta estagnada de cana no Centro-Sul, com queda acentuada nos ATR; vê-se

variações por conta do clima, da idade do canavial e de suas sequelas (não investimento e problemas operacionais);

- A oferta de etanol, no período, gira entre 25 bilhões e 27 bilhões de litros, com relativamente pouca volatilidade, enquanto a de açúcar (entre 31 milhões e 35 milhões de toneladas) apresenta variação muito maior; o *mix* de produção mostra isso.

Como projeção de produção para a safra 2017/18, a Canaplan sintetizou da seguinte forma:

- Área cultivada com cana-de-açúcar em estagnação desde 2013.
- É fundamental buscar a recuperação dos índices de renovação dos canaviais.
- Para manter a oferta de canas, é preciso que haja ganhos efetivos de produtividade agrícola ou expansão da área.
- Como se faria isso, com a queda na produtividade, as unidades em recuperação judicial e o alto endividamento com difícil acesso a crédito?
- Os efeitos dos investimentos ou desinvestimentos são lentos. A recuperação, no entanto, é mais lenta ainda.
- No modelo desenvolvido em que se tem o Centro-Sul como uma enorme usina, há um potencial perdido de 100 milhões de toneladas de cana na terra desde 2013. Para estabilizar o canavial com investimento de reformas de 16% ao ano, serão precisos seis anos ou um ciclo completo.
- Não há milagre a se esperar no curto prazo. No entanto, não agir agora empurra o destino para mais longe.

A avaliação financeira do setor foi apresentada por Manoel Queiróz (Rabobank), que iniciou a sua exposição pela caracterização de um setor bem heterogêneo no que diz respeito à amostra qualificada do Banco em termos de unidades produtoras.

O endividamento setorial deverá mostrar leve redução na safra 2016/17, caindo de R$ 136,00 para R$ 127,00 por tonelada de cana moída. Com os pressupostos de uma taxa de câmbio de R$ 3,10/US$, em 2017, e R$ 3,20/US$, em 2018 e uma taxa de juros Selic de 8,5%, em 2017, e 8,0%, em 2018, os preços projetados para a safra 2017/18 ficaram: entre 16,5 e 18,0 centavos de dólar por libra peso de açúcar; e de US$ 1,55 a US$ 1,60 por litro de etanol hidratado, sem impostos.

Em síntese, acredita-se que a safra 2017/18 deverá trazer uma queda significativa dos juros, com margens razoáveis e boas ao produtor, dando melhores condições para baixar a dívida e/ou aumentar a liquidez.

As apresentações de mercado foram feitas pela LMC International (Gareth Forber) para o açúcar e pela Bioagência (Tarcilo Rodrigues) para o etanol.

REGIÃO CENTRO-SUL: ESTIMATIVA PARA A SAFRA 2017/18

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
Consumo de gasolina C	43.478	44.355	878	2,0
Consumo de anidro	12.065	12.309	244	2,0
Contratação de anidro	9.996	10.565	569	5,7
% contrato/consumo	82,9%	85,8%	3,0%	3,6
Mercado *spot*	2.069	1.744	-325	-15,7
Produção no Centro-Sul	10.656	10.720	64	0,6
Produção no Norte-Nordeste	950	980	30	3,2
Total	11.606	11.700	94	0,8
Exportação	730	850	120	16,4
Outros fins	190	190	–	0,0
Carburante	10.686	10.660	–	56
Déficit	-1.379	-1.649	270	-19,5

Como conclusões, Forber realçou:

- O balanço mundial está movendo-se para excedentes. Estes parecem prováveis para 2017/18 e serão apoiados por preços atrativos para a beterraba e a cana em relação a outras culturas.

- Os preços moveram-se para próximo da paridade com o etanol, na expectativa de que o Brasil produza grande volume de açúcar. Algumas novidades altistas são requeridas! Há algumas?

  » **O *mix* de produção do Brasil:** poderá o Brasil produzir menos açúcar?

  » O prêmio do açúcar sobre o etanol e a relação dos produtores brasileiros a isso serão pontos-chave no balanço do comércio.

  » **Risco de clima:** os estoques globais estão mais apertados do que no último ano, significando que o clima será mais importante do que já é.

  » **Forte demanda por importações:** ainda acreditamos que a Índia necessitará de importações adicionais para atender o seu déficit em 2017 e, potencialmente, 2018.

Na avaliação de Rodrigues, o *mix* de açúcar deverá ser, na safra 2017/18, de 47,4%, levando a uma produção levemente menor de açúcar e a uma menor oferta de etanol (-1,2 bilhão de litros) sobre a de 2016/17. Isso reforçaria a necessidade de políticas públicas sobre a questão das importações pelo setor. ■



SHUTTERSTOCK

CONDIÇÕES CLIMÁTICAS EXTREMAS DEIXARÃO MILHÕES COM FOME | OS NOSSOS CIENTISTAS NÃO ACEITAM ISSO



Em duas décadas e meia, a população global ultrapassará o total de 9,6 bilhões de pessoas.
Com a diminuição de terra cultivável disponível per capita, precisamos aumentar a produção de alimentos em 70% para assegurar comida saudável e abundante para todas as pessoas no planeta. Ao mesmo tempo, as colheitas estão ameaçadas pela volatilidade meteorológica e por mudanças climáticas.

É por esse motivo que desenvolvemos variedades de plantas mais robustas e tolerantes ao estresse, que proporcionarão maiores colheitas e em condições desafiadoras. Também oferecemos sementes, defensivos químicos e biológicos, serviços agrícolas e suporte de decisão para agricultores.
Para saber mais sobre como as nossas inovações ajudam a mudar vidas para melhor, acesse www.bayer.com/ewd.

BAYER

Science For A Better Life



OXI COMUNICAÇÃO

MAIS DO QUE MÁQUINAS, ***INVESTIMOS NO BRASIL***

CONTRIBUIR PARA O CRESCIMENTO DO AGRICULTOR BRASILEIRO: ESSE É O NOSSO COMPROMISSO.

O trabalho da John Deere, no Brasil, não acontece apenas em nossas cinco fábricas, ampla rede de concessionários, maior Centro de Distribuição de Peças da América Latina, Centro de Treinamentos ou no recém inaugurado Centro de Agricultura de Precisão e Inovação. Nosso trabalho é feito, principalmente, ao lado do agricultor brasileiro. Porque é ele quem alimenta uma população que cresce cada vez mais. E é para ele que desenvolvemos produtos e serviços cada vez mais inovadores, rentáveis e sustentáveis.

JOHN DEERE

JohnDeere.com

JOHN DEERE

iLPF

CAPACIDADE DE REALIZARMOS GRANDES FEITOS

PAULO HERRMANN
Presidente da John Deere



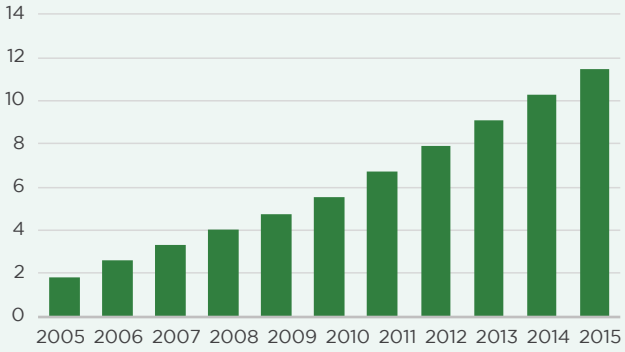
CRIADA EM 2012, a Rede de Fomento é uma parceria público-privada para estimular a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) por produtores rurais. Fazem parte da Rede a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e as empresas John Deere, Cocamar, Dow AgroSciences, Parker e Syngenta.

A tecnologia iLPF possui três décadas de pesquisa. Começou na Fazenda Barreirão, no atual estado do Tocantins. Depois, vieram as pesquisas que permitiram que atingíssemos o modelo atual. Similar a um "S", a fase de adoção é lenta. Estamos na etapa de difusão. A Rede de Fomento veio para ser o catalisador desse processo. Uma ponte entre a ciência desenvolvida pela Embrapa e a prática no campo.

Nos seis biomas brasileiros, contamos com o apoio de dezenove Unidades de Pesquisa (UPs) da Embrapa e com 97 Unidades de Referência Tecnológica (URTs), que são os locais em que os agricultores visitam e avaliam as contribuições da iLPF. Para detectar as necessidades de melhoria, esse sistema de gestão envolve o manejo de cultura por cultura. Como é preciso uma estrutura diferenciada e de qualidade para realizar esse trabalho, dispomos da Rede de Fomento. Contatamos escolas de Ciências Agrárias para capacitar profissionais no conhecimento do sistema produtivo sem a visão especializada de uma só cultura.

A agricultura brasileira passou por três revoluções tecnológicas na zona tropical nessa época pós-Revolução Verde. Na década de 1970, tivemos a introdução do sistema de plantio direto na palha.

BRASIL: BRASIL: EVOLUÇÃO NO PLANTIO DA iLPF (MILHÕES DE HECTARES)



Fonte: Rede Fomento ILPF

Passamos para os anos 90 com a realização de duas safras durante o ano, com a tradicional de verão mais a de inverno. Hoje, o milho 2ª safra ficou bem superior ao milho 1ª safra. Chegamos, então, à atual iLPF, com o plantio sequencial intensificado e simultâneo numa mesma gleba.

A Rede de Fomento ILPF solicitou ao Kleffmann Group uma pesquisa de emprego dos sistemas integrados no Brasil. Foram realizadas quase 8 mil entrevistas em nível nacional, sendo 3.105 com pecuaristas de gado de corte ou leite e 4.804 com produtores de soja ou milho de verão.

Os pesquisadores Ladislau A. Skorupa e Celso V. Manzatto, da Embrapa Meio Ambiente, com base nessa pesquisa, publicaram um trabalho que mostra 11,5 milhões de hectares com iLPF no Brasil. Em 2005, esta área total era de 1,8 milhão de hectares. Tivemos um aumento de quase 540% em dez anos, em média. É chegada a hora de acreditarmos na nossa capacidade de realizarmos grandes feitos, e os números confirmam isso. ■

O BRASIL QUE DEU CERTO

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



Em 5 de maio, se encerrou a Agrishow – Feira Internacional de Tecnologia Agrícola 2017, que, nesta 24ª edição, foi presidida por nós. O resultado foi positivo, com geração de negócios de R$ 2,204 bilhões, cifra significativa, 13% acima do valor gerado em 2016.

Além do expressivo resultado financeiro, o balanço geral da feira demonstra a melhoria no índice de confiança do empresário rural, medido pela predisposição à tomada de crédito e aos investimentos, que tendem a impulsionar os níveis de eficiência, produtividade e sustentabilidade nas cadeias produtivas.

Não podemos deixar de exaltar a qualidade da feira e, principalmente, dos empresários que trabalham arduamente para produzir alimentos e gerar empregos e renda no interior, além de excedentes exportáveis que contribuem para o equilíbrio das contas externas.

O enfrentamento dos riscos, a dedicação e o foco na melhoria da produtividade desses empreendedores é que fazem a diferença e emolduram uma jornada de sucesso que orgulha a todos nós, além de apontarem caminhos para o Brasil a partir de um setor que deu certo e terá plenitude no futuro.

Obviamente, o setor enfrenta dificuldades e desafios a serem ultrapassados, como o de infraestrutura, por exemplo. Contudo, é inegável que o vigor do agronegócio vem conseguindo lograr resultados sólidos e consistentes.

Para o setor agropecuário manter-se com elevadas taxas de crescimento, é preciso incorporar novas tecnologias, a fim de sustentar o ganho de produtividade e a eficiência técnica e econômica. A adoção de tecnologia e a melhoria nos processos são decisões estratégicas para quem almeja continuar competitivo no mercado global.

A agricultura do futuro terá, necessariamente, que introduzir inovações nos produtos e nos processos, por meio da utilização de sensoriamento remoto, biotecnologia, *softwares* de gestão, agricultura de precisão, computação em nuvem, internet das coisas e *big data*.

Estas ferramentas otimizam o uso dos recursos, eliminam desperdícios, racionalizam, quantificam e aprimoram as operações, além de gerarem informações precisas em tempo real para a adequada tomada de decisão do segmento rural.

A agricultura deixou de ser uma atividade amadora; os produtores têm que ser profissionais, verdadeiros empresários rurais, sejam eles de pequena ou grande escala.

A FAESP e seus 237 sindicatos rurais filiados, anualmente, levam pequenos e médios produtores à Agrishow, sendo que, neste ano, estiveram presentes 17 mil produtores. O objetivo desta ação é viabilizar a atualização técnica e o contato com novos lançamentos, assim como facilitar a aquisição de produtos e serviços.

A contribuição do agronegócio brasileiro para a sustentação da economia brasileira é inequívoca. Não fossem os resultados exuberantes do agro, a crise brasileira seria mais profunda e a recuperação, ainda mais lenta. A força do setor assenta-se no empreendedorismo de empresários que sabem de sua missão e sua responsabilidade na produção de alimentos, fibras e energia para o pleno abastecimento interno e o suprimento do mercado externo.

Registramos os resultados positivos da Agrishow 2017 e renovamos a crença permanente na nossa agropecuária. Com o empreendedorismo dos produtores, as potencialidades do País, os investimentos em tecnologia e a capacitação dos trabalhadores, o agro brasileiro continuará a sua expansão, em favor da paz social e da segurança alimentar da Nação. ■

INOVAÇÃO NO AGRO ELEVA PATAMARES DE PRODUTIVIDADE

SETOR CONTINUA GUIANDO POSITIVAMENTE O PAÍS

MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

NO INÍCIO da segunda quinzena de maio, o Brasil teve uma das melhores notícias dos últimos dois anos, frente a tudo o que tem acontecido na nossa economia: estima-se que o País sairá da recessão em 2017 e terá crescimento de 0,5% e inflação abaixo de 4,0%, de acordo com o índice antecipado do Banco Central. Apesar da profunda crise política, que traz um alto grau de incerteza a estas projeções, é possível afirmar que o setor do agronegócio será o salvador da pátria, mais uma vez, por representar metade da expansão do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

Em escala mundial, a produção ainda precisa crescer para dar conta da demanda. Esse mercado em expansão é uma oportunidade de bons negócios, mas é, principalmente, um grande desafio – produzir mais sem destruir o Planeta no caminho, trazendo mais inovação e sustentabilidade para o segmento.

A sustentabilidade deve ser vista, portanto, em três dimensões: social, ambiental e econômica. Tanto quanto a necessidade por alimentos, nas últimas décadas, observou-se um aumento significativo das pressões sociais em prol de causas ambientais em praticamente todo o mundo.

Segundo estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU), será necessário alimentar mais de 9 bilhões de pessoas até o meio deste século. Para evitar uma crise alimentar em escala mundial, conforme estimativas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), é necessário aumentar a produção em 70%. Nesse cenário, a inovação, em conjunto com práticas sustentáveis no campo, não será apenas lucrativa, mas necessária para a prosperidade da humanidade.

A tecnologia empregada nos defensivos agrícolas ajudou a aumentar a produção agrícola brasileira nas últimas décadas, mas a inovação é, por definição, dinâmica e, portanto, precisa incessantemente de pesquisas. As novas tecnologias que estão no papel agora farão com que o Brasil aumente ainda mais a produtividade agrícola nos próximos anos.

INOVAR É PRECISO

No Brasil, no entanto, a inclinação à inovação ainda é tímida. Uma parcela relevante da nossa competitividade internacional é fundamentada em uma produção que faz uso de recursos naturais.

Sobre os investimentos públicos, 0,61% do PIB brasileiro é destinado ao desenvolvimento de tecnologia, número um pouco abaixo do 0,69% investido, em média, pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Pela iniciativa privada, a diferença entre o Brasil e outros países é ainda maior: apenas 0,55% do PIB é aplicado em pesquisa e desenvolvimento. A Coreia do Sul, por exemplo, investe 2,68%.

Apesar de "inovação" ser a palavra-chave do novo milênio, temos carência na produção tecnológica. É preciso compreender que ampliar a capacidade competitiva do País via investimento em inovação acarretará vantagens sociais e ambientais. ■

DIÁRIO DE BORDO

MAS, E OS PEQUENOS?

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

NA PRIMEIRA semana de maio, foi realizada, em Ribeirão Preto-SP, a 24ª edição da Agrishow, feira dinâmica que já é, hoje, a maior da América Latina e a terceira do mundo. Com a boa safra recorde de grãos deste ano e a aparente retomada da economia, o resultado da Feira foi bem melhor do que o do ano passado, embora ligeiramente abaixo da expectativa dos realizadores. Na verdade, a Agrishow repetiu o sucesso observado nas outras dinâmicas de 2017, realizadas em Cascavel-PR, Não-Me-Toque-RS e Rio Verde-GO, todas elas apontando para maior confiança do produtor rural no futuro. E, se melhor não foi, isso se deveu a alguma expectativa pessimista sobre os preços das principais *commodities*: com safras muito grandes no hemisfério Sul e promessa também auspiciosa no Norte, os estoques globais crescem, balizando renda menor do que se previa inicialmente. Mas, que impressionante a quantidade de inovações tecnológicas exibidas em Ribeirão Preto!



Máquinas espetaculares serão operadas por controle remoto, de modo que um único "tratorista" poderá tocar mais de duas a partir do escritório. Outras, gigantescas, permitirão rebocar mais de trinta linhas de plantadeiras, com excelente resultado no aproveitamento das janelas de plantio, otimizando nosso "jabuti" de mais de duas safras por ano. Estes colossos custarão caro, mas os grandes produtores encontrarão, como ficou claro na Agrishow, mecanismos adequados de financiamento. Mas, e os pequenos?

Drones de todo tipo facilitarão a gestão, sobretudo na avaliação da incidência de pragas e doenças e no seu imediato combate de forma localizada. Enfim, um mundo novo abre-se aos grandes produtores, na direção de uma crescente competitividade com os nossos concorrentes de fora que também usarão os mesmos equipamentos. Mas, e os pequenos?

Que dizer da agricultura inteligente? Tem-se a aplicação da "internet das coisas" no campo, cujos sistemas de coleta de dados, compartilhamento e análise de informações obtidas no campo viabilizarão tomadas de decisão mais precisas. Sensores inteligentes a partir de nanotecnologia ou de robôs especializados coletarão dados sobre temperatura e umidade do solo, direção e velocidade dos ventos. Pivôs poderão ser acionados do escritório, monitorarão movimentos de rebanhos, o seu ciclo de ovulação e o suprimento de alimentos. A agricultura de precisão, a automação e a logística serão servidas por essa novel ferramenta digital, de grande interesse para os médios e os grandes produtores. Mas, e os pequenos?

É certo que nada disso vai acontecer do dia para a noite, pois a conectividade no campo tem muito menores cobertura e efetividade do que nas áreas urbanas, onde o carro sem motorista já é uma realidade. Além disso, as variáveis a serem analisadas no campo são inúmeras. Os cientistas falam em "*machine learning*" – as máquinas irão aprender com técnicas especializadas a se conectarem umas com as outras e com celulares, iPads ou computadores tradicionais.

Não será fácil assimilar tudo isso, e os megaprodutores chegarão mais depressa do que os outros. Mas, afinal, e os pequenos? Que será deles?

Com a palavra, tem-se as cooperativas, cujo papel na agregação de valor socializado será cada vez maior. E já existem *start-ups* pensando nisso.

Vamos assistir a revoluções com as quais nunca sonhamos. ■

PRODUZIR

O DIREITO AGRÁRIO E OS ESTRANGEIROS

FRANCISCO DE GODOY BUENO

Vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), advogado, sócio do escritório Bueno, Mesquita e Advogados e pesquisador do Grupo de Estudos Agrários da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (GEA-USP)

QUANDO O Estatuto da Terra e a Lei nº 5.709 foram editados, há mais de quarenta anos, o Direito Agrário baseava-se numa perspectiva estática, fundiária. Era tempo de ocupação de fronteiras agrícolas e dos territórios pouco aproveitados. A disciplina agrária atuou no sentido de promover a ocupação equilibrada do território, impedindo a concentração de terras e a "estrangeirização" do território, bases fundamentais que justificam esses dois diplomas legais.

No contexto atual, os conceitos daqueles diplomas legais não mais se justificam. A produção agropecuária faz-se de forma intensiva, com tecnologia, produtividade e organização orientada para o melhor uso dos recursos naturais e ganhos crescentes de produtividade. Nessa nova perspectiva, justifica-se uma abordagem nova do Direito Agrário, que, conforme as lições do professor Fábio De-Mattia, da Faculdade de Direito da USP, corresponde à disciplina da empresa agrária.

A Constituição Federal de 1988 ampara essa revisão dos conceitos do século passado, permitindo uma releitura da disciplina agrária à luz do princípio da livre-iniciativa. Segundo o texto constitucional: todos são iguais perante a lei, não se admitindo um tratamento diferenciado aos brasileiros em relação aos estrangeiros legalmente admitidos no País; a propriedade é um direito qualificado pela função social, mas não exclui seu caráter privado, de garantia individual; e o latifúndio é um conceito revogado, na medida em que as propriedades são classificadas pela sua produtividade, e não pelo seu tamanho.

Essa nova perspectiva agrarista já está sendo difundida na Academia, adequando o Direito Agrário à realidade do agronegócio. Diferentemente do que pensam algumas autoridades, portanto, o Direito Agrário está apto às exigências da nova economia agrária. A aplicação da lei é que deve ser revista, de modo a atender com melhor rigor os princípios constitucionais vigentes.

Na ótica atual, devem ser abandonados conceitos antiquados, como aqueles que atualmente restringem os investimentos de multinacionais estrangeiras no País. As empresas brasileiras de capital estrangeiro querem produzir, e não estabelecer colônias no território brasileiro.

Para a perspectiva agrarista dinâmica, a titulação do território é um pré-requisito, e não uma problemática. O principal interesse está na organização da empresa agrária. A empresa – e não a propriedade – é a chave do cumprimento da função social. Não importa quem seja o titular do imóvel, mas que a utilização da terra se faça de forma sustentável, produtiva e promotora do desenvolvimento econômico e social.

Se a atividade do produtor rural for responsável, não importará a sua nacionalidade. Se a exportação é aos países que são sede dos produtores estrangeiros, não haverá prejuízo nenhum para o Brasil, que se beneficia das divisas destes produtores em sua balança comercial e tem a sua segurança alimentar garantida por uma produção abundante.

Cientes da responsabilidade que deve haver no uso da terra e das restritivas leis brasileiras que garantem a sustentabilidade da nossa agropecuária, investidores estrangeiros devem ser bem-vindos e gozar de segurança jurídica em igualdade de condições com as empresas de capital nacional. ■



OPINIÃO

"SALVANDO A LAVOURA"

ARNALDO JARDIM

Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

COM UMA *performance* positiva de 6,40% em 2017, a atividade agropecuária deve ser a responsável por nada menos do que 75% do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro neste ano. Mais uma vez, o agronegócio salva a lavoura em tempos de economia fragilizada no Brasil – com estimativas de que a indústria deve crescer tímidos 0,88% e o setor de serviços deve diminuir 0,60% em 2017.

Sem a agropecuária, o PIB do Brasil teria, neste ano, alta de apenas 0,12%, em vez do já modesto 0,47% projetado pelo mercado. Esses 75% representam a maior fatia de participação do agro no crescimento econômico desde 1999, quando contribuiu com 77% do total.

Em 2014, o agronegócio foi o responsável por 21,4% da evolução de todo o PIB brasileiro, que, mesmo assim, recuou 0,4% naquele ano. Esta participação relativa subiu para 21,5% em 2015, num quadro de recessão de -3,8% no PIB. Chegou a 23% em 2016, quando o PIB brasileiro recuou 3,6%. São quedas do PIB que seriam ainda mais acentuadas não fosse a atividade no campo.



O setor agropecuário representou, em 2016, nada menos do que 48% das exportações totais do País – totalizando US$ 72,5 bilhões.

Enquanto outros setores cortam empregos, a agropecuária gera empregos. De acordo com o Ministério do Trabalho, o interior dos estados com as nove maiores regiões metropolitanas criou 41 mil empregos formais. Destes, 14,6 mil foram gerados pela agropecuária, com 7.673 tendo sido apenas pelo setor sucroenergético. Capitais e arredores eliminaram 92.980 mil.

O próprio investimento em infraestrutura virá por portos, rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos e armazenamento imprescindíveis para escoar a riqueza do campo.

É um setor, portanto, que merece ser prioridade na fixação de políticas públicas. Destaco a definição de um Plano Safra plurianual com regras definidas, dando mais condições de planejamento ao homem do campo. É preciso, ainda, a definição de um novo contorno regulatório para o seguro agrícola, fazendo com que ele migre para um seguro de renda.

É indispensável, também, um permanente investimento em pesquisa e inovação que nos garanta avançar em produtividade, na evolução das novas variedades de cultivares e no melhor desempenho de equipamentos agrícolas e insumos, sempre respeitando o meio ambiente.

Quando participei das comemorações de dez anos do GV Agro (Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas), ouvi com atenção o professor Yoshiaki Nakano, que nos brindou com considerações sobre a conjuntura econômica brasileira e basicamente uma reflexão: lembrou ele que o setor industrial, durante muito tempo, foi encarado como o setor capaz de induzir o início de ciclos econômicos no Brasil recente. Isso se devia à sua capacidade de acumular mais capital e de inovação e à virtuosidade que tinha de impactar os demais setores da economia.

O professor Nakano nos fez uma indagação: será que esse raciocínio se mantém ou será que essas condições estão muito mais presentes, hoje, no setor agropecuário do que na indústria? Ou seja, o setor agropecuário tem um acúmulo de capital com base de decisão no Brasil, capacidade de inovação reafirmada e impactos verificados sobre toda a estrutura produtiva.

Não será tal setor capaz de mais rápida e profundamente induzir um novo ciclo de crescimento econômico? Resta a indagação, fica o desafio... ■

REFLEXÃO

O BRASIL QUE QUEREMOS

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

O êxito está em ter êxito e não em ter condições de êxito.
Fernando Pessoa

UM OLHAR para a macroeconomia brasileira revela a inflação em queda e um dólar comportado com sinal de crescimento, em um contexto político incerto. O Editorial da ***Agroanalysis*** da última edição de abril cita esses fatos e conclui com uma leitura mais otimista do mercado para 2017, mas com a consciência da lentidão do processo.

Outra visão sobre a Agrishow 2017 revela alguns aspectos importantes: um movimento financeiro maior em relação ao dos anos anteriores; alta qualidade de apresentação dos *stands* das empresas; crescente dinâmica operacional e de tecnologias; e discursos confiantes das autoridades públicas e privadas que circularam pela feira.

Um analista do primeiro parágrafo, ao visitar a Agrishow, confunde-se com a constatação que há no segundo parágrafo. É o Brasil que queremos, que investe em inovação, que acredita no seu potencial de crescimento, mesmo com tamanhas dúvidas sobre o "*day after*" dessa moenda de políticos e empresários comprometidos chamada Lava-Jato.

Recém-saídos do massacre da operação Carne Fraca, o poder público e o setor privado tiveram coordenação e responderam de forma admirável a um verdadeiro ataque ao setor brasileiro de carnes. Como um tipo de Lava-Jato da carne, a ação policial atravessou o samba e gerou enorme instabilidade no setor, apesar de encontrar poucos deslizes. Mas, acendeu uma luz amarela sobre nossas mazelas.

Enquanto isso, o governo Temer luta pela aprovação da nova previdência, após resultados iniciais positivos em relação à reforma trabalhista. Com um olho no peixe (rombo fiscal) e outro no gato (políticos e as votações no Congresso Nacional), o governo aposta de forma profissional as suas fichas em temas desgastantes.

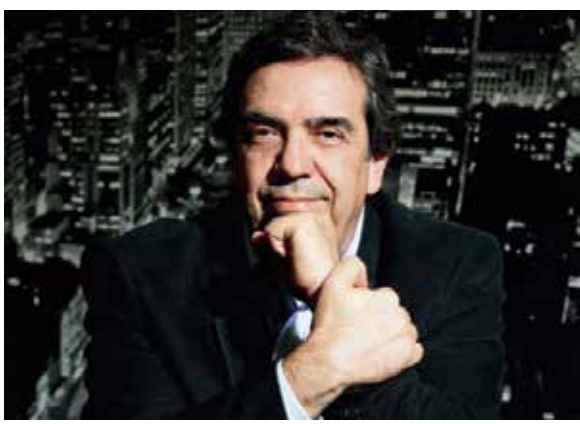
Claramente, o barulho dos sindicatos quanto às mudanças trabalhistas e as reclamações dos que se sentem prejudicados com a futura previdência, em um período de caça a corruptos e corruptores – inclusive em relação a expressivas lideranças políticas –, entram nas casas dos brasileiros e geram um ambiente de dúvidas, mas, seguramente, em plena democracia.

Queremos um país fortalecido, caso realmente ocorra o processo de limpeza ética, com abertura das portas para um novo comportamento com relação aos bens públicos, seja pelos funcionários públicos ou pelo setor privado.

Como um processo, sabe-se que levará tempo. Os desgastes e a prisão de gente importante impactam a sociedade brasileira. Isso é inevitável e, sem dúvida, salutar.

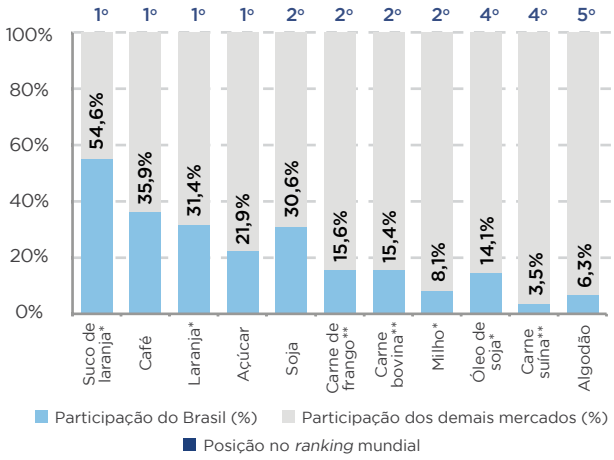
O processo de recuperação da economia passa por um momento "fio da navalha" entre os votos necessários no Legislativo, as decisões lentas do Supremo Tribunal Federal e o início das campanhas eleitorais, independentemente das decisões geradas nas instituições citadas. No segundo semestre de 2017, o governo transitório não pode lavar as mãos em relação a outras questões cruciais ao Brasil ou a algumas cadeias produtivas que urgem medidas, como as ligadas ao etanol.

Chegar ao Brasil que queremos ou sonhamos exige sofrimento e demandará uma profunda revisão dos valores políticos erradamente cultivados por longo tempo. O processo de mudança requer atitude e esforço para uma adequação aos novos tempos, que, nas palavras de Érico Veríssimo, resume-se nas diferentes ações: "Quando os ventos de mudança sopram, umas pessoas levantam barreiras, outras constroem moinhos de vento". ■



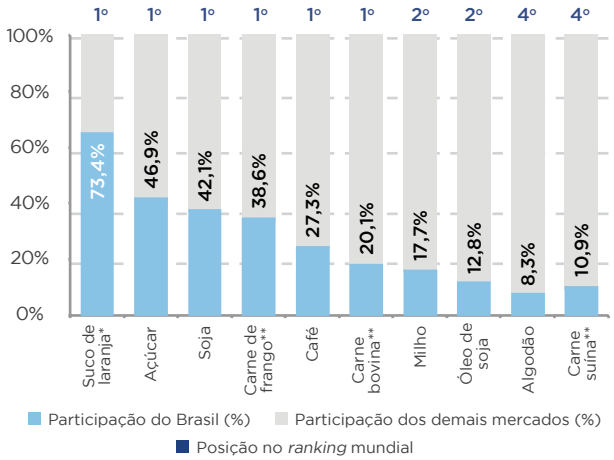
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



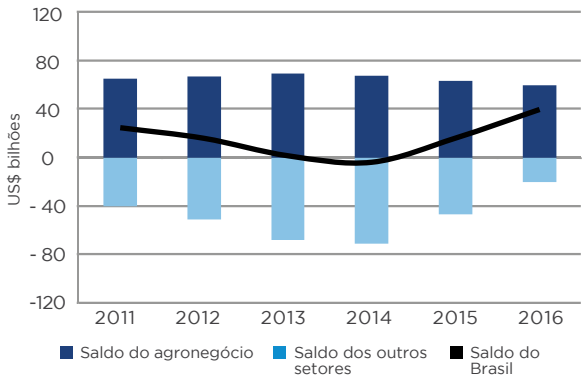
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



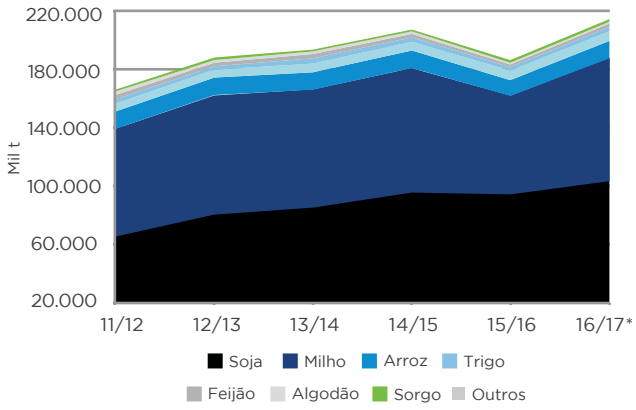
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



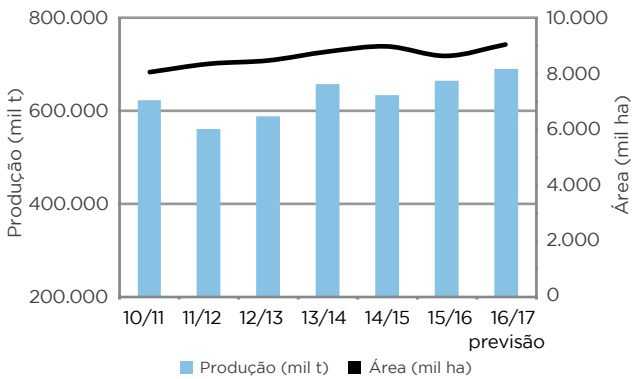
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



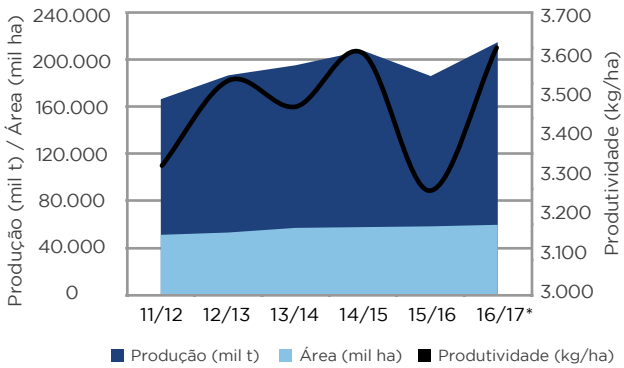
* Previsão
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Previsão
Fonte: Conab